

Mais crianças morrem afogadas durante mergulho em Nampula

Duas crianças, duas das quais de sete e oito anos de idade, cujas identidades não apurámos, morreram afogadas durante o mergulho, na semana finda, nas cidades de Nampula, Nacala-Porto, onde, recentemente, outros dois petizes perderam a vida afogadas quando tomavam banho num rio.

Texto: Redacção

A terceira vítima, também menor de idade, era dada como desaparecida no rio Zambeze, na província de Tete, até fecho desta edição.

O afogamento registado em Nacala-Porto ocorreu na Praia de Sousa, no bairro Ontupaia. Do Serviço Nacional de Salvação Pública (SENSAP) o @Verdade apurou que a vítima, do sexo masculino, tinha apenas oito anos de idade.

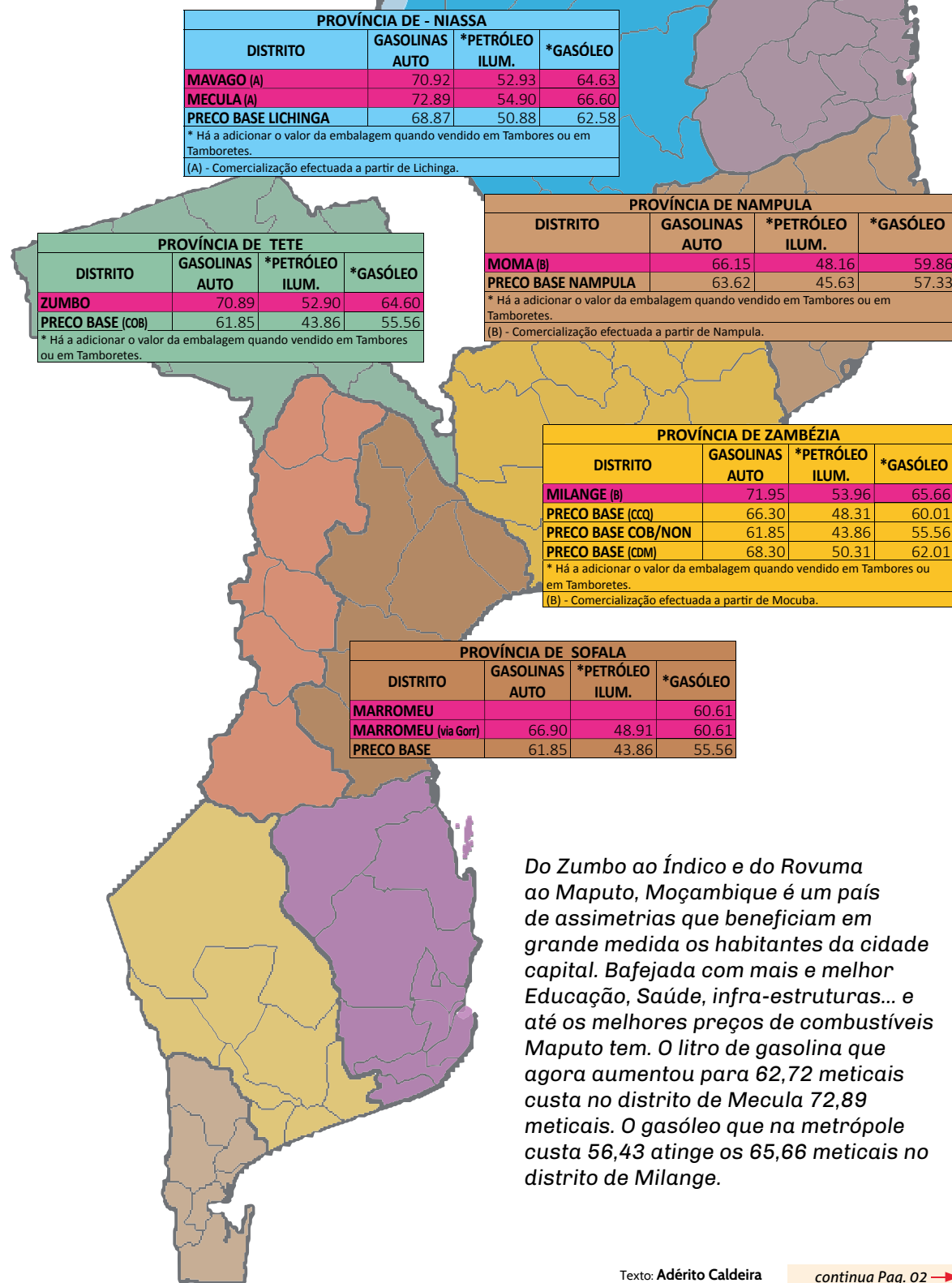
Ainda na cidade de Nacala-Porto, outro petiz também de oito anos escapou da morte após uma tentativa de mergulho sem a companhia de um adulto. A pronta intervenção de alguns banhista que se encontravam nas proximidades evitou que o pior acontecesse.

Já na cidade de Nampula, o afogamento aconteceu num poço caseiro no bairro Namicipo, sendo que a vítima foi igualmente um miúdo, porém, de sete anos de idade.

Nos dois casos, os corpos foram encontrados, segundo o SENSAP, que apela aos pais e encarregados de educação a redobram o cuidado dos seus filhos, sobretudo nesta altura do ano em que o país regista altas temperaturas, o que faz com que muita gente se desloque à praia para mergulho.

Refira-se que a 19 de Novembro, duas crianças de sete e nove anos de idade pereceram afogadas quando tomavam banho num rio Muatala, em Nampula.

Preço dos combustíveis aumentam desigualdades entre Maputo e o resto de Moçambique



Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 02 →

Tuberculose ainda é epidemia séria em Moçambique e mata ao menos 22 mil pessoas anualmente

Todos os anos, em Moçambique surgem 159 mil novos doentes de tuberculose e 22 mil morrem, o que coloca o país na lista das nações com alta taxa desta enfermidade, alto índice de pacientes com tuberculose associada ao HIV/Sida e alta carga de resistência a medicamentos.

A ministra da Saúde, Nazira Abdula, reconheceu, na abertura da reunião de planificação do programa nacional de controlo da tuberculose, que, pese embora os esforços no sentido de combater a enfermidade, ainda não se está a fazer o suficiente com vista a eliminar a mal.

De Janeiro a Setembro deste ano, foram registados 63.790 - contra

53.009 em igual período de 2016 - casos de tuberculose e os pacientes já iniciaram o tratamento. Deste universo, 8.200 são crianças e 669 pacientes de tuberculose resistente e medicamentos, disse a governante.

Deste modo, é urgente que se encontre formas de inverter os altos índices de infecção, pois "é inaceitável que tenhamos pessoas a morrer

de uma doença curável", cujo "tratamento é gratuito e disponível em todas as unidades sanitárias".

Por sua vez, Ivan Manhiça, chefe do programa nacional de controlo da tuberculose, no Ministério da Saúde (MISAU), corroborou no mesmo evento - que decorre sob o lema "unidos para acabar com tuberculose em Moçambique" -, que o desa-

fio para vencer a doença prevalece enorme.

Para Nazira Abdula não existem dúvidas de que, nos últimos anos cinco a 10 anos, houve avanços significativos no combate à doença em questão. "Começa a haver estabilização no que se refere à incidência e à mortalidade", por exemplo.

Contudo, Ivan

Texto: Emildo Sambo

continua Pag. 12 →

A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana

Por:

BBM Pin: 2B04949C

WhatsApp: 84 399 8634

ou escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

Editorial

averdademz@gmail.com

O presente que ainda não foi entregue aos moçambicanos

Desde que foram despoletadas as dívidas contraídas ilegalmente pelo Governo da Frelimo, liderado na altura por Armando Guebuza, os moçambicanos esperam ver os envolvidos na maior fraude do país, quicá do mundo, de todos os tempos, responsabilizados pelo crime que cometeram contra toda uma nação. Os nomes dos sujeitos já são sobejamente conhecidos, e espantou-nos o silêncio cúmplice da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Mas, após um ano e meio a investigar o caso de corrupção na compra de duas aeronaves de marca Embraer pelas Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), a PGR ordenou esta semana a detenção de três arguidos, nomeadamente Paulo Zucula, antigo Ministro dos Transportes e Comunicações, Mateus Zimba, antigo Gestor Sênior da Sasol Pretroleum Temane, e de José Viegas, antigo PCA das LAM, enquanto continua a instrução preparatória da acusação.

Sem sombras de dúvidas, esta situação pouco comum na Justiça moçambicana poderia considerar-se um presente de natal antecipado, porém, na verdade, os moçambicanos têm vindo a aguardar pela prisão dos arquitectos das dívidas ilegais, desde que o assunto foi divulgado pela imprensa internacional, em Abril de 2016. Razões para isso são várias, a destacar o custo de vida sem precedentes que tem sufocado o povo moçambicano nos últimos tempos.

A auditoria às dívidas ocultas revelou que há por esclarecer o destino dos dois mil milhões de dólares contraídos por três empresas estatais entre 2013 e 2014. Está claro que esse dinheiro não foi usado para resolver os inúmeros problemas da população. Além disso, o relatório de auditoria apontou os nomes das figuras que, em nome do Estado moçambicano, arquitectaram o maior esquema de corrupção de sempre e deixaram um país todo em situa-

ção económica deplorável.

No entanto, é uma fraude ou tentativa de lançar areia para os olhos dos moçambicanos apenas apresentar-nos os indivíduos que receberam suborno de 800 mil dólares norte-americanos para garantirem a adjudicação de um negócio 70 milhões de dólares norte-americanos à construtora brasileira que vendeu duas aeronaves comerciais a companhia aérea de bandeira moçambicana.

Não obstante ser um grande passo para responsabilização dos indivíduos que fazem dos cofres do Estado a sua vaca leiteira, é bom que se diga que esse não é o presente de natal que os moçambicanos estão à espera. Queremos, portanto, ver também os implicados no caso EMATUM presos enquanto continua a instrução preparatória da acusação, à semelhança do caso da compra de Embraer.

Xiconhoca

Khecilini Vicente

A jovem de 30 anos de idade, de nome Khecilini Vicente, merece mais do que pena de prisão maior pelo acto macabro que cometeu contra o seu marido. A Xiconhoca, residente da província de Tete, assassinou o próprio esposo, queimou o cadáver e, em seguida, atirou numa latrina, após permanecer com ele dois dias no quarto. Este acto bárbaro demonstra o quão psicopata é a cidadã, que agora se encontra às contas com a Polícia moçambicana. Só um indivíduo sem sentimentos é capaz de tamanha barbaridade. Nada justifica o crime horrendo praticado por esta Xiconhoca.

Governo

Definitivamente, o Governo da Frelimo perdeu as estribeiras e, de estupidez em estupidez, voltou a cometer outra estupidez, mostrando, assim, a sua incompetência. Subitamente, o Executivo de Nyusi decidiu aprovar um regulamento que alegadamente irá criar as condições na negociação, contratação e emissão da Dívida Pública, bem como das Garantias do Estado. É sabido que as dívidas que hoje sufocam os moçambicanos não foram contraídas por falta de regulamentação, aliás, foi violada a Constituição da República. Portanto, isso não passa de mais uma palhaçada para aldrabar os moçambicanos.

Millennium-bim

Os bancos comerciais em Moçambique continuam a somar lucros à custa do sofrimento e até sangue dos moçambicanos. O Millennium-bim é exemplo mais acabado disso. Esta instituição bancária, devido à débil situação económica que o país atravessa, cobrando taxas de juro altíssimas, obteve lucros superiores aos exercícios anteriores à crise. Ou seja, o Millennium-bim obteve lucros de mais de 4,4 mil milhões de meticais só com os juros que cobrou em créditos. É caso para dizer que esta crise propositadamente provocada para empobrecer os moçambicanos ainda vai gerar dividendos para alguns gangs que se escondem por detrás de bancos comerciais.

 **goste de nós no**
facebook.com/JornalVerdade

Jornal @Verdade

A política monetária implementada pelo Banco de Moçambique para lidar com a crise económica que vivemos, desde a descoberta das dívidas ilegais da Proindicus e MAM, levou, entre outras consequências, ao aumento das taxas de juro que tem asfixiado os cidadãos e empresários honestos com empréstimos bancários. Em contrapartida os bancos comerciais, cobrando taxas de juro altíssimas, obtiveram lucros superiores aos exercícios anteriores à crise. O Millennium Bim(MBim), por exemplo, obteve lucros de mais de 4,4 mil milhões de meticais só com os juros que cobrou em créditos durante o ano passado. Paradoxalmente porção significativa desses juros foram cobrados ao povo moçambicano pois o "crédito ao sector público" cresceu em cerca de 400% e aumentou em mais de 23 mil milhões de meticais o crédito às Empresas Públicas.

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/64244>



Eugenio Mandhate Com a crise financeira não séria os bancos a se ressentir da falta de dinheiro? Vivemos um

paradoxal são os bancos a prosperar e os indivíduos, empresas mas pobres!!! Kkk só um país como nosso é que isso acontece, bem vido ao país da corrupção onde as políticas são para explorar os desfavorecidos e escravizar os necessitados · Ontem às 19:44



Ascensao Guambe Marcos A crise financeira foi contraída com objectivo de dar espaço os lucros bancários, onde alguns líderes políticos são acionistas desses bancos. As taxas de juros duplicam em alguns bancos ...! Faltou render a contagem no Bci! · 1 h



Sá de Fonseca Eu disse pra minha mãe e meus irmãos qui o BIM estava a mi roubar, ate minha irmã qui trabalha no BIM discoordou com o assunto, dizendo qui BIM nao ta roubar, estou vivendo no estrangeiro e sempre que



alguem envia 1000 meticais de Moz aqui so posso levantar 300 meticais. Millenium BIM, bons Roba-roba · Ontem às 15:51



Lizele Isaque Isaque Sao Pq As Vezes Discotao Taxa De Juro Duas Vezes. Deixado O Cliente Sem Nada.Depois Contao Historia · Ontem às 17:51



Ruy Sochanghane Ka Ferreira Esses são um cartel com o crime de associação criminosa para delinquir · Ontem às 20:11



Isac Taylor De Van Mbavas · Ontem às 13:27



André Bobiane Chissico O povo sai em prejuizo e os bancos ganham. · 19 h



Orlando Tembo São ladrões · Ontem às 12:20



Antonio Chavana BIM não ajuda · 13 h

 **goste de nós no**
facebook.com/JornalVerdade

Jornal @Verdade

A Procuradoria-Geral da República(PGR) após um ano e meio a investigar o caso de corrupção na compra de duas aeronaves de marca Embraer, em 2008, pela Linhas Aéreas de Moçambique(LAM), ordenou nesta quarta-feira(06) a detenção dos arguidos Paulo Zucula, antigo Ministro dos Transportes e Comunicações, Mateus Zimba, antigo Gestor Sênior da Sasol Pretroleum Temane, e de José Viegas, antigo PCA das LAM, enquanto continua a instrução preparatória da acusação.

<http://www.verdade.co.mz/newsflash/64248>



Trin Mageeso Prendam os responsáveis pelas dividas ocultas, esclareçam os assassinos de Carlos cardoso, cistac, siba siba, vilanculos, e muitos outros que as almas ainda nao estao em paz. A PGR deve esclarecer os desmandos dos dirigentes publicos, é isso kue o povo quer saber. Queremos emprego p moçambicanos é isso kue o povo quer · 5 h



Manuel C. Nhacutoe ficam aí brincando de pegar peixinhos, porqué não vão pegar os tubarões da Ematum? se vcs dizem que estão a trabalhar, se há justiça que se aplique pra todos. mais eu não disse.... · 8 h



António Tivane Tony Amatun está esquecido enqnt os tais estão vivos. Não me fechem a vista agora vandué. · 6 h



Dercio Bila Eu desejo um feliz natal a eles, o mesmo de novembro tivemos a morte de bandidos que usavam armas de fogo nas suas actividades agora o mesmo de dezembro logo cedo vem com essa boa nova · 10 h



Jackson Juizo Good Matyeke Junior Guebuza devia ser um deles · 10 h



Eugenia Muhilole Assim a PGR pensa que esta a mostrar trabalho? · 9 h



Celestino Bernardino Mas como prende alguém antes de ter provas suficientes! · 11 h



Jacob De Araújo Araújo Ja existem indícios suficientes pra prende-los, pra ã interferirem o procedimento processual, nos termos da lei os indiciados devem ser presos ate a data de julgamento. É Assim como a justiça fucionna. S ã fazem com os ladrões da dívida ilegal, também ã sei porque? · 10 h



Celestino Bernardino esperará uma denúncia da Europa para começar a investigar, os prenderam para depois pagarem caução muito abaixo daquilo que desviaram! · 9 h



Celestino Massingue Politica pra dar pontos nada tem nisto · 7 h



Sergio Siteo Aproveitem comprar drogas com o Dj Eduardo PM aí. · 9 h



Paul Carter Falta Armando guebuza · 43 min

Ficha Técnica

NAMPULA-Av. 25 de Setembro 57 A
Telefóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO-Av. Paulo Samuel Kamkhomba 83
Telefóvel+258 84 39 98 629

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.
Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; Chefe de Redacção: Emildo Sambo; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Chefe de Redacção: Júlio Paulino; Redacção: Cristovão Bolacha, Leonardo Gasolina; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Director de Distribuição: Sérgio Labistour; Periodicidade: Semanal; Impressão: Lowveld Media, Stinkhoutsingel 12 Nelspruit 1200.

Ex-presidente do Iémen é morto a tiros após mudar de lado na guerra civil

O veterano ex-presidente iemenita Ali Abdullah Saleh foi morto num ataque à beira de uma estrada na segunda-feira (04) depois de mudar de lado na guerra civil do Iémen, abandonando os seus aliados houthis, alinhados com o Irão, e passando a favorecer a coligação liderada pelos sauditas, disseram adversários e simpatizantes.

Texto: **Agências**

Analistas afirmaram que a morte de Saleh será um grande reforço moral para os houthis e um golpe duro para a coligação comandada pelos sauditas que interviu no conflito para tentar reinstalar o governo reconhecido internacionalmente do presidente Abd-Rabbu Mansour Hadi.

Qualquer esperança que a coligação tivesse de que Saleh pudesse ser atraído para ajudar na disputa contra os houthis após um prolongado impasse, no qual um bloqueio liderado pelos sauditas e combates internos têm exposto milhões à fome e à epidemia, foi frustrada.

A coligação terá que continuar

a participar de uma guerra dura, possivelmente tentando grandes ofensivas contra as áreas controladas pelos houthis, enfrentando o risco de um número alto de mortes entre civis, ou então oferecer concessões para trazer os poderosos houthis para a mesa de negociações.

Fontes na milícia houthi disseram que os seus combatentes pararam o veículo blindado de Saleh com um foguete nos arredores da capital Sana e o mataram a tiros. Fontes no partido de Saleh confirmaram que ele morreu num ataque ao seu comboio.

Supostas imagens do seu corpo

ensanguentado num cobertor foram divulgadas, apenas dias depois de ele terminar com a sua aliança com os houthis, após quase três anos nos quais eles conjuntamente combateram a coligação comandada pelos sauditas.

Num discurso transmitido pela TV nesta segunda-feira, Abdul Malik al-Houthi, líder dos houthis, celebrou a morte de Saleh como uma vitória contra o bloco liderado pelos sauditas, cumprimentando o Iémen pelo “histórico, excepcional e grande dia, no qual a conspiração traidora fracassou, este dia negro para as forças da agressão”.

Ele declarou que os houthis

manteriam o sistema republicano do Iémen e não buscariam se vingar do partido de Saleh. Simpatizantes dos houthis saíram com os seus carros às ruas, cantando canções de guerra. Al-Houthi chamou o lançamento de um míssil anunciado pelo grupo contra os Emirados Árabes nesta semana como uma mensagem aos inimigos, aconselhando contra investimentos estrangeiros nos Emirados Árabes e na Arábia Saudita.

Saleh, 75 anos, havia dito num discurso no sábado que ele estava pronto para uma “nova página” nos laços com a coligação e chamou os houthis de uma “milícia golpista”.

Tiroteio entre rebeldes da Colômbia mata 13 pessoas, afirma governo

Treze pessoas, incluindo civis, foram mortos durante um confronto entre os rebeldes do ELN, da Colômbia, e dissidentes do agora desmobilizado grupo guerrilheiro Farc em uma área remota conhecida pelo tráfico de drogas, disse o ouvidor do país na terça-feira (05).

Texto: **Agências**

O incidente ocorreu em 27 de Novembro na região sudoeste de Nariño, local onde gangues criminosas e grupos rebeldes são conhecidos por cultivar, processar e contrabandear a coca, ingrediente base da cocaína.

Um acordo de paz duramente conquistado foi acordado com o agora desmantelado grupo rebelde Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) no ano passado, encerrando cerca de cinco décadas de guerra.

No entanto, um arranjo de dissidentes

das Farc, rebeldes do Exército de Libertação Nacional (ELN), ex-paramilitares de direita e gangues criminosas ainda estão ativos na Colômbia, competindo pelo controle de minas ilegais lucrativas e rotas de tráfico de drogas.

Em Nariño, combatentes do ELN atacaram membros da Resistência Rural, disse o ouvidor, Carlos Alfonso Negret, em relatório. A Resistência Rural é um grupo de dissidentes das Farc que se recusam a se desmobilizar após o acordo de paz.

“O gabinete do ouvidor visitou a área e foi capaz de determinar uma troca de tiros entre o grupo que se denomina Resistência Rural e o ELN”, disse Negret aos jornalistas. “Houve fogo cruzado que matou 13 pessoas”, acrescentou, sem especificar quantos dos mortos eram civis.

Mais de 11 mil combatentes e colaboradores das Farc entregaram suas armas este ano como parte do acordo de paz. O grupo manteve suas iniciais em sua reen-

carnação como partido político.

Porém, Negret afirmou que cerca de 800 ex-guerrilheiros não se desmobilizaram, enquanto outras fontes de segurança e institutos de pesquisa colocam os números de dissidentes ex-Farc entre 700 e 1.300.

O ELN e o governo iniciaram seu primeiro cessar-fogo bilateral em outubro, como parte de negociações de paz ocorrendo no Equador.

Justiça espanhola mantém independentistas em prisão preventiva

O Supremo Tribunal espanhol decidiu na segunda-feira (04) manter em prisão preventiva o antigo vice-presidente do Governo da Catalunha, Oriol Junqueras. A notícia é avançada pela imprensa espanhola que confirma ainda a prisão preventiva – sem possibilidade de pagamento de fiança – de Joaquim Forn.

Texto: **Público de Portugal**

Também os dirigentes das duas maiores associações soberanistas da Catalunha, Jordi Sánchez e Jordi Cuixar, ficam detidos.

Aos restantes seis antigos ministros (Raul Romeva, Carles Mundó, Dolors Bassa, Meritxell Borràs, Josep Rull e Jordi Turull) foi aplicada uma fiança de cem mil euros, diz o jornal espanhol El País. Os seis ex-ministros terão de se apresentar semanalmente no Tribunal Superior de Justiça da Catalunha ou outro tribunal de comarca à sua escolha e estão proibidos de abandonar o país (têm de

entregar os seus passaportes).

Os líderes independentistas estão a ser investigados por delitos de rebelião, secessão e peculato.

A decisão do juiz condiciona a campanha eleitoral para as eleições autonómicas de 21 de Dezembro na Catalunha que arranca esta terça-feira. A consulta popular marcada para 21 de Dezembro foi convocada pelo chefe do Governo espanhol, Mariano Rajoy. Oriol Junqueras, número um da lista da Esquerda Republicana da Catalunha (ERC) não poderá

participar na campanha.

O ex-presidente do governo catalão, Carles Puigdemont, e quatro outros dos seus ex-ministros que estão na Bélgica serão ouvidos no dia 14 de Dezembro em Bruxelas por um juiz que terá de decidir sobre o pedido de extradição pedido por Espanha.

Segundo uma sondagem publicada esta segunda-feira no jornal catalão La Vanguardia, o bloco independentista está a um lugar da maioria absoluta nas eleições de 21 de Dezembro.

O inquérito realizado pelo CIS diz que A ERC deverá obter 23 lugares do parlamento catalão, a lista de Puigdemont, Junts per Catalunya, 25 ou 26 e a CUP nove. No total, conseguiriam 67 deputados, a um da maioria absoluta.

Mas o dado mais surpreendente é a confirmação da grande subida do Cidadãos (direita), que segundo esta sondagem conseguiria 31 lugares na Catalunha. Os socialistas registam uma subida, dos 16 actuais para 21 e o PP de Xavier García Albiol perde terreno elegendo 11 deputados.

Xiconhoquices

Utentes das praias que deixam lixo

É deveras preocupante a falta de civismo por parte das pessoas que frequentam as praias moçambicanas, sobretudo na praia Costa de Sol, na cidade de Maputo. Numa atitude de pura Xiconhoquice, os utentes desta praia, após desfrutar o seu momento de lazer, têm deixado o local em péssimas condições de higiene. Lixo resultante de resto de comida confeccionada, garrafas e latas de cervejas, fecalismo a céu aberto, são algumas das situações lamentáveis que se verificam naquele espaço. É revoltante quando assistimos a indivíduos a deitarem resíduos sólidos em plena praia, sem consciência dos danos que estão a causar ao meio ambiente. O mais caricato é que os mesmos lamentam o estado deplorável que a praia se apresenta. Até certo ponto parece que deitar lixo no chão tornou-se algo cultura.

Preços dos combustíveis desiguais

A dada altura a impressão com que se fica é de que há vários países dentro de Moçambique. O exemplo mais caricato disso são as assimetrias que caracterizam o país, do Rovuma ao Maputo e do Zumbo ao Índico. Como se não bastasse as assimetrias no que diz respeito às infra-estruturas, educação e saúde, eis que os moçambicanos vêem-se divididos nos preços de combustíveis. A título de exemplo, em Maputo tem-se o melhor preço de combustível contrariamente a outros pontos do país. Só para se ter uma ideia, o litro de gasolina que agora aumentou para 62,72 meticais custa no distrito de Mecula 72,89 meticais. O gasóleo que na metrópole custa 56,43 atinge os 65,66 meticais no distrito de Milange. São estes tipos de situações que continuam a perpetuar as desigualdades entre as diferentes regiões do país. Quanta Xiconhoquice!

Gestão na UEM

Há anos que a gestão daquela que é a maior e mais antiga instituição do ensino superior no país, a Universidade Eduardo Mondlane, já não é a mesma. A cada dia que passa, a situação tende a deteriorar-se. É preocupante a forma que a universidade tem vindo a ser dirigida nos últimos anos, como se de uma instituição pessoal se tratasse. Aliás, tudo indica que um grupo de pessoas ligadas ao reitor da UEM tem estado a privatizar a instituição para satisfazerem os seus interesses pessoais, em detrimento do Corpo Técnico Administrativo, docentes e toda a comunidade académica. Um exemplo claro disso é que, desde o dia 23 de Novembro último, estão a ser pagos os directores, chefes de departamentos e suas respectivas secretárias, valores que variam de 70 mil a 400 mil meticais, referentes ao pagamento de combustível, viatura e telefone, enquanto dezenas de funcionários aguardam pelos seus pobres salários e bónus de efectividade.

Frelimo já é candidata à eleição pela governação do município de Nampula

O partido no poder há 42 anos em Moçambique, a Frelimo, inscreveu na Comissão Nacional de Eleições (CNE), na passada sexta-feira (01), o seu candidato, Amisse Cololo, para a eleição intercalar marcada para 24 de Janeiro de 2018, na cidade de Nampula, e foi o primeiro a fazê-lo.

Texto: Emildo Sambo

Verónica Macamo, mandatária da Frelimo e também presidente da Assembleia da República (AR), entregou ao órgão que gere os processos eleitorais no país a documentação de Amisse Cololo e 6.020 assinaturas de apoiantes, contra os 2.555 impostos pela lei.

A Frelimo governava a autarquia de Nampula desde 1998, através de Dionísio Chewewa, e em 2003 e 2008, por intermédio de Castro Namacua.

Segundo a mandatária daquela formação política, ao contrário do desaire de 2013, desta vez, o seu partido vai reconquistar a terceira cidade mais importante e que faz parte do maior círculo eleitoral de Moçambique.

“Pensamos que é normal perder”, pois acontece em democracia e a Frelimo está consciente de que “podemos voltar a perder. Quando alguém perde reflecte” por que razão foi derrotado e olha para as suas causas com vista a corrigi-las, disse Verónica Macamo.

Contudo, em caso de vitória, segundo a parlamentar, a Frelimo vai “ganhar bem” e está a preparar-se para o feito.

Amisse Cololo vai enfrentar o candidato da Renamo, Paulo Vahanle, de 57 anos de idade, e o candidato do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), Carlos Saide Chaure, de 47 anos de idade.

O partido Ação de Movimento Unido para a Salvação Integral (AMUSI) elegeu Mário Muquissince, de 54 anos de idade, como candidato independente a presidente daquela urbe.

As candidaturas decorrem desde 23 de Novembro passado e terminam a 07 de Dezembro corrente.

A eleição intercalar na autarquia de Nampula visa escolher o edil substituto de Mahamudo Amurane, assassinado na noite de 04 de Outubro passado, na sua residência. O crime ainda não foi esclarecido.

Refira-se que o MDM realiza naquela urbe, de 05 a 08 de Dezembro em curso, o seu II Congresso.

FMI em Moçambique apenas para avaliar saúde da Economia, retoma do Programa pendente do esclarecimento das dívidas ilegais



Uma equipa do corpo técnico do Fundo Monetário Internacional (FMI) está em Moçambique desde a passada quinta-feira (30), mas não tenhamos ilusões eles não vêm discutir ou negociar a retomada do apoio suspenso por causa das dívidas ilegais. Trata-se de uma “Consulta do Artigo IV” que é na verdade uma avaliação regular da saúde da economia do nosso país, como o Fundo realiza noutros 189 Estados membros desta organização, que não é mais do que uma associação onde os membros pagam quotas e também empresta dinheiro.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo / FMI

continua Pag. 06 →

Instituto de Cereais de Moçambique vai ser fiador das indústrias de processamento do milho

O Instituto de Cereais de Moçambique (ICM) tem 6 milhões de dólares norte-americanos para usar como fiador das indústrias privadas de agro-processamento e pequenos agentes de comercialização que enfrentam dificuldades financeiras para adquirirem todo o milho produzido na recente campanha agrícola. “(...)Nós pagamos ao produtor que fornece à indústria que processa e tem 45 a 60 dias para fazer o reembolso” revelou ao @Verdade o diretor-geral da instituição, João Macaringue.

Texto: Adérito Caldeira

A crise financeira e económica que o nosso país enfrenta está a condicionar o aproveitamento da boa campanha agrícola registada principalmente no Centro e Norte de Moçambique. Até Setembro mais de 2,3 milhões de toneladas de milho tinham sido produzidas, mais 10% do que em igual período do ano passado, mas as indústrias de agro-processamento e os pequenos agentes de comercialização agrícola não têm liquidez para comprar o cereal disponível nas machambas.

Procurando salvaguardar os in-

vestimentos dos camponeses e agricultores o Governo vai disponibilizar 5 a 6 milhões dólares norte-americanos para ICM comprar o milho e coloca-lo nas indústrias de processamento.

“O que está acontecer neste momento as indústrias tem dificuldades financeiras para comprar o milho, o ICM por mandato do Governo vai fazer uma intermediação, nós pagamos ao produtor que fornece à indústria que processa e tem 45 a 60 dias para fazer o reembolso ao Instituto de Cereais”, revelou João Maca-

ringue ao @Verdade.

O diretor-geral do Instituto de Cereais de Moçambique esclareceu ao @Verdade que vão ser identificados alguns operadores agrícolas, intervenientes na comercialização e agro-processamento, “para serem os intermediários neste processo, nas províncias mais problemáticas”.

É parte da estratégia, de acordo com Macaringue, criar uma reserva alimentar de milho nas províncias de Tete, Zambézia e Niassa.

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com

@Verdade

O Jornal mais lido em Moçambique.

Diga-nos quem é o

XICONHOCA

da semana

Por:

BBM Pin:
2B04949C

WhatsApp:
84 399 8634

ou escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 05 - FMI em Moçambique apenas para avaliar saúde da Economia, retoma do Programa pendente do esclarecimento das dívidas ilegais

Passaram cerca de cinco meses desde que a última equipa de economistas do FMI esteve em Maputo, após as consultas realizadas ao Governo, Sociedade Civil e sector Privado levou as perspectivas e os desafios da economia nacional que permitiram por um lado manter informado o Conselho de Administração da instituição mas ainda actualizar o World Economic Outlook assim o Regional Economic Outlook, relatórios de referência das finanças globais e da África Sub-sahariana.

Agora a equipa, que estará em Moçambique até ao próximo dia 13, voltou para novas consultas com o Executivo de Filipe Nyusi, e outros actores importantes da nossa sociedade, ao artigo IV do FMI, através do qual os Estados membros acordaram receber visitas regulares da instituição financeira global para “abrirem os seus livros” e mostrar o que realmente se passa no seu sistema financeiro.

A Secção 1 do artigo IV estabelece como “Obrigações gerais dos membros”, “(i) esforçar-se para direccionar as suas políticas económicas e financeiras para o objectivo de promover um crescimento económico ordenado, com uma estabilidade de preços razoável, considerando as circunstâncias; (ii) procurar promover a estabilidade, promovendo as condições económicas e financeiras ordenadas subjacentes e um sistema monetário que não tende a produzir perturbações erráticas; (iii) evitar

a manipulação de taxas de câmbio ou do sistema monetário, com vista a prevenir o equilíbrio efectivo de ajustes de pagamentos ou para obter uma vantagem de concorrência desleal sobre outros membros; e (iv) seguir políticas de câmbio compatíveis com os compromissos nesta Secção.”

Basicamente a equipa do Fundo vai olhar para os mesmos dados económicos que o Instituto Nacional de Estatística, o Banco de Moçambique, o Ministério da Economia e Finanças e o sector Privado produz e efectuar a sua própria análise e emitir a sua opinião independente. Por exemplo as projecções do FMI sobre o crescimento económico ou inflação são habitualmente menos optimistas do que as do país membro que visitam.

Moçambique é membro do FMI com poder de voto equivalente a 0,07%

O @Verdade foi elucidado, quando visitou a sede do FMI em Outubro último, que ao contrário de ser uma instituição que representa supostos interesses dos países denominados “ocidentais” para imporem o capitalismo, o Fundo é uma associação que reúne países que têm o interesse comum de salvaguardar o bom funcionamento do sistema monetário internacional assim como proporcionar uma estrutura que facilite a troca de bens, serviços e capitais entre países com o objetivo de sustentar um crescimento económico mundial sólido.



Moçambique é membro desta associação financeira, desde 24 de Setembro de 1984, e tem as suas quotas regularizadas o que lhe confere um poder de voto equivalente a 0,07% no Conselho de Administração dos Governadores do FMI, onde o nosso país é actualmente representado pelo ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, e pelo Governador do banco central, Rogério Zandamela.

Desde a criação do Fundo, em 1944, os Estados Unidos da América são o membro com maior poder de voto, 16,5%, pois na ocasião disponibilizaram o valor mais alto dentre os 29 Estados fundadores e continuam a pagar o valor muito alto de quota.

O Japão é o segundo membro com mais poder de voto, 6,15%, porém, no últimos anos, a China tem aumen-

tando valor da sua quota, em linha com a sua influência na economia global, e tornou-se no terceiro membro com maior poder de voto, 6,07%, seguido pela Alemanha, 5,32%.

O @Verdade apurou que é das quotas dos seus Estados membros que o Fundo obtém o dinheiro que tem e o coloca a disposição dos associados, caso algum deles tenha problemas financeiros, como é o caso de Moçambique que estava a beneficiar de uma linha de financiamento de 282,9 milhões de dólares norte-americanos, ao abrigo da Facilidade de Crédito Stand-By do FMI, suspenso quando foram descobertas as dívidas ilegais da Proindicus e da MAM.

Recorde-se que em Julho último a equipa deixou, além de diversas recomendações

para a melhoria do desempenho da nossa economia, indicações claras do que o Executivo deveria fazer para ser levantada a suspensão do apoio financeiro do Fundo Monetário Internacional.

Nada foi feito por isso não haverá novo Programa este ano, como aliás o @Verdade havia antecipado em há cinco meses, contrariando o discurso governamental.

Contudo o relatório que os economistas do Fundo irão produzir ao abrigo do artigo IV é muito importante, principalmente para os investidores, porque vai mostrar a sua apreciação sobre o que se passa na economia do nosso país, quais são as perspectivas, os desafios das políticas económicas em curso sem os “adornos” que o nosso Governo habilmente introduz nos seus documentos.

Mulher mata marido, queima o corpo e atira-o numa latrina em Tete

Uma jovem de 30 anos de idade, identificada pelo nome de Khecilini Vicente, encontra-se privada de liberdade, desde a semana passada, no distrito do Zumbo, província de Tete, indiciada de assassinar o próprio marido, queimar o cadáver e, em seguida, atirá-lo numa latrina, após permanecer com ele dois dias no quarto.

Texto: Redacção

Segundo a Polícia da República de Moçambique (PRM), o crime aconteceu na última quinta-feira (30). A vítima, de nome Braiton Djamo, de 38 anos de idade, encontrou a morte em estado de embriaguez.

A acusada contou que recorreu ao cabo de machado para desferir duros golpes contra o seu marido, durante uma briga no quarto. Alguns golpes atingiram-lhe a cabeça com gravidade, por isso, “não resistiu e morreu”.

Khecilini Vicente alegou que a intenção não era tirar a vida do seu parceiro, mas sim, defender-se de supostas ameaças de morte iniciadas pela vítima,

devido a ciúmes, uma vez que a acusava de ter uma relação amorosa com um cidadão, “o que não é verdade”.

A crueldade da presumível homicida foi de tal sorte que não só matou o esposo, como também queimou o seu corpo, à meia-noite, antes de atirá-lo numa latrina como forma de ocultar o crime.

Ela disse que ficou com o cadáver no quarto durante dois dias porque tinha medo de ser descoberta e presa. A Polícia já está ao corrente do facto e disse que foi a população que fez a denuncia, depois de notar que Braiton Djamo estava desaparecido sem explicação alguma.

TDM e mcel: Fusão concluída até Dezembro de 2018

O processo de fusão entre a TDM-Telecomunicações de Moçambique e a mcel-Moçambique Celular deverá estar concluído até Dezembro de 2018, altura em que terão sido já criadas as condições necessárias para a convergência de ambas instituições, nas áreas de recursos humanos, de infra-estruturas, sistema comercial e vendas e sistemas tecnológicos e de informática.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Esta previsão foi feita por Rafique Jusob, Presidente do Conselho de Administração da mcel e TDM, à margem do 2º Conselho de Direcção Alargado, que reuniu, entre os dias 30 de Novembro e 1 de Dezembro, em Maputo, os gestores provinciais da TDM, para fazer o balanço sobre o plano de negócio de 2017 e aferir o seu grau de execução até Setembro do mesmo ano. Esta importante reunião teve como convidados vários quadros da direcção da mcel.

Neste momento, a TDM e a mcel, segundo realçou Rafique Jusob, vão ter que trabalhar no sentido de dar prosseguimento à fusão, apesar de enfrentarem ainda muitos desafios nas vertentes comercial, tecnológica e humana.

“Os desafios estão relacionados com questões financeiras, mudança de mentalidade e da cultura organizativa das duas empresas e ainda o escasso tempo disponível para a efectivação da fusão (18 meses), cujo processo, normalmente, leva três anos ou mais”,



explicou, destacando a necessidade de se desenvolver uma cultura corporativa única, moderna e actuante, de acordo com as necessidades do mercado.

Na sua opinião, ao fazer o balanço das actividades realizadas, o 2º Conselho de Direcção Alargado tem como finalidade definir os próximos passos a seguir no âmbito comercial, tecnológico, da expansão da rede, bem como da “formação especializada e reorientação da capacidade instalada e reorientação humana que esta empresa vai ter no futuro”.

Segundo consta, foram já dados passos significativos nos pilares humano, saneamento de contas, jurídico e da

convergência tecnológica.

“A fusão só poderá ocorrer quando estiverem criadas todas as condições necessárias para esse fim”, disse, acrescentando que “temos uma equipa que está a trabalhar nesses quatro pilares essenciais e agora vamos passar para a fase dois, relacionada com as auditorias às contas e o saneamento financeiro das duas empresas, incluindo a reavaliação dos seus activos, para depois transferir os activos e passivos para a futura empresa a criar”.

A perspectiva é garantir a manutenção da autonomia das duas empresas, com personalidade jurídica independente nas suas actividades até se fazer a fusão.

Importa realçar que, até ao primeiro trimestre do próximo ano, e pela via do concurso, se vai concluir a nomeação de uma Comissão Executiva, que terá como objectivo prosseguir a implementação do calendário da fusão de ambas empresas, que deverá estar terminada em Dezembro de 2018.

Polícia prende falsos pensionistas no Chimoio

Três indivíduos encontram-se encarcerados na primeira esquadra da Polícia da República de Moçambique (PRM), na cidade de Chimoio, província de Manica, acusados de beneficiar ilegalmente de pensão de sobrevivência de um antigo combatente já falecido.

Texto: Redacção

Para lograrem os seus intentos, os indiciados falsificaram o cartão de combatente e o bilhete de identidade de um cidadão falecido e, usando os mesmos documentos, receberam pensão durante quatro meses.

Ao longo desse tempo, eles obtiveram pelo menos 80 mil meticais, fazendo-se passar pelo malogrado. Já nas mãos das autoridades policiais, os indiciados justificaram a sua acção com a necessidade de sobrevivência, supostamente porque são desempregados.

Segundo explicou Elsídia Filipe, porta-voz do Comando Provincial da PRM, em Manica, a farsa foi descoberta há poucos dias quando os acusados pretendiam se submeter à prova de vida.

Na circunstância, o pessoal ligado ao processo – que decorre desde 16 de Outubro passado até 09 de Dezembro em curso – detectou que a fotografia de um dos cidadãos não conferia com que a correspondia aos reais dados do malogrado.



Política monetária do Banco de Moçambique rendeu muitos biliões ao Millennium Bim no pico da crise

A política monetária implementada pelo Banco de Moçambique para lidar com a crise económica que vivemos, desde a descoberta das dívidas ilegais da Proindicus e MAM, levou, entre outras consequências, ao aumento das taxas de juro que tem asfixiado os cidadãos e empresários honestos com empréstimos bancários. Em contrapartida os bancos comerciais, cobrando taxas de juro altíssimas, obtiveram lucros superiores aos exercícios anteriores à crise. O Millennium Bim (MBIM), por exemplo, obteve lucros de mais de 4,4 mil milhões de meticais só com os juros que cobrou em créditos durante o ano passado. Paradoxalmente porção significativa desses juros foram cobrados ao povo moçambicano pois o “crédito ao sector público” cresceu em cerca de 400% e aumentou em mais de 23 mil milhões de meticais o crédito às Empresas Públicas.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 08 →

Empréstimos da Proindicus, EMATUM e MAM não aconteceram por falta de regulamentação

O Governo de Filipe Nyusi aprovou um regulamento que alegadamente irá criar as condições na negociação, contratação e emissão da Dívida Pública, bem como das Garantias do Estado. Importa no entanto recordar que os empréstimos da Proindicus, EMATUM e MAM não aconteceram por falta de regulamentação, aliás foram contraídos violando a Constituição de República, que impõe autorização parlamentar, e as leis orçamentais, que estabelecem limites anuais para emissão de Garantias.

Texto: Adérito Caldeira

O regulamento aprovado no Conselho de Ministros, reunido nesta terça-feira (05) na sua 43ª sessão ordinária, “Tem um detalhe que diz o que é necessário para que o Governo possa contrair uma dívida. O que é necessário para o Governo emitir uma garantia, quais são os documentos, quais são os procedimentos, o que é que nós mandamos para a Assembleia (da República), o que manda-

mos para o Conselho de Ministros, o que é que mandamos para a Procuradora (Geral da República)”, revelou o ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, em conferência de imprensa.

“O regulamento é revestido de importância significativa, uma vez que deverá permitir que além da sociedade, os órgãos do Estado

continua Pag. 08 →

Daviz Simango abre congresso com discurso de combate a políticos que usam MDM para benefício próprio

O presidente do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), Daviz Simango, desafiou os militantes da sua formação política a terem uma cultura democrática que assegure a igualdade de direitos e oportunidades para todos, não havendo espaço para que alguns usem o partido como trampolim para obter ganhos individuais através de cargos que ocupem.

Texto & Foto: Júlio Paulino

O também edil da Beira falava na manhã de terça-feira (05), na cidade de Nampula, durante a abertura do II Congresso do seu partido.

Ele teceu duras críticas a alguns quadros do “Galo” e disse ser necessário desencorajar comportamentos que promovam acções que visem dar maior visibilidade a indivíduos em detrimento do partido como uma organização.

No seu discurso, Daviz Simango afirmou igualmente que não se deve destruir a confiança que o partido

tem com os seus militantes e membros por causa de interesses individualistas.

Por seu turno, o membro da Comissão Nacional do MDM e presidente do Conselho Municipal da Cidade de Quelimane, na província da Zambézia, Manuel de Araújo, considerou que o II Congresso tem lugar num momento peculiar, no diz respeito à governação, pois Moçambique fracassou diante dos doadores internacionais, os quais cortaram completamente o seu apoio ao Orçamento Ge-

continua Pag. 08 →

Diga-nos quem é o

XICONHOCA

da semana

Por:

BBM Pin: 2B04949C

WhatsApp: 84 399 8634

ou escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 07 - Política monetária do Banco de Moçambique rendeu muitos bilhões ao Millennium Bim no pico da crise

O @Verdade analisou o Relatório e Contas do Millennium Bim e notou que no exercício financeiro de 2016 o resultado líquido foi positivo em 4.510 milhões de meticais, um crescimento de 33% face ao resultado líquido de 3.391 milhões de meticais de 2015, ano que precedeu a crise que Moçambique enfrenta.

Este lucro resulta do aumento da margem financeira em 58%, “totalizando 9.187,3 milhões de meticais em 2016, face aos 5.818,9 milhões de meticais apurados em 2015, impulsionada pelo efeito positivo do volume dos activos geradores de juros, em particular do crédito concedido e da melhor rentabilidade dos activos financeiros, devido ao efeito taxa, e do aumento no custo dos Depósitos, reflexo do aumento das taxas directoras do mercado”.

Questionado pelo @Verdade o banco esclareceu que “os resultados alcançados no exercício 2016, deveriam-se essencialmente à dinâmica da actividade comercial, ao investimento na expansão da rede bancária e outros serviços de banca electrónica tendo também beneficiado do aumento das taxas de juro com impacto quer na carteira de títulos do tesouro que representa pouco mais de 10% dos activos do Banco”.

“É ainda de salientar que num ano económico atípico, em que a banca nacional enfrentou grandes desafios, com a desvalorização da

moeda, a subida da inflação e impacto da subida das taxas de juro no aumento do crédito mal parado, os resultados do Millennium BIM resultam também da excelente eficiência operacional do Banco assente numa preocupação constante pela contenção de custos o que permitiu acomodar, na sua conta de exploração, o forte aumento das imparidades e assim, conseguir bons resultados”, referiu a instituição financeira.

Sector público é um dos principais clientes dos créditos do Millennium Bim

Todavia, a análise do @Verdade mostra o Millennium Bim, banco quem tem a actual ministra dos Recursos Minerais e Energia como presidente



da sua Assembleia Geral, ganhou dinheiro durante a crise económica e financeira que enfrentamos com os juros gerados pelo pela Dívida Interna Pública que o Governo de Filipe Nyusi tem estado a agravar através da emissão de Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro, a carteira

17. Crédito a Clientes

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Crédito com garantias reais	1.427.609	19.824.405	1.427.609	19.824.405
Crédito com outras garantias	88.742.019	35.673.873	88.742.019	35.673.873
Crédito sem garantias	5.472.722	6.088.612	5.472.722	6.088.612
Crédito ao sector público	12.436.331	3.524.836	12.436.331	3.524.836
Crédito em locação financeira	3.853.661	2.176.293	3.853.661	2.176.293
Crédito tomado em operações de factoring	84.153	181.289	84.153	181.289
	81.816.393	67.469.308	81.816.393	67.469.308
Crédito vencido - menos de 90 dias	428.841	93.821	428.841	93.821
Crédito vencido - mais de 90 dias	2.992.639	2.948.061	2.992.639	2.948.061
	84.429.873	70.508.389	84.429.873	70.508.389
Imparidade para riscos de crédito	(6.146.781)	(4.177.809)	(6.146.781)	(4.177.809)
	78.283.119	66.330.580	78.283.119	66.330.580

do MBim valorizou de 1,5 mil milhões para 1,8 mil milhões de meticais.

O @Verdade descortinou ainda que esta instituição financeira, que tem como acionistas o banco português BCP, o Estado moçambicano, o INSS, a EMOSE e a FDC, ganhou ainda mais dinheiro com o

carteira de crédito disparou mais de 400%, de 7,8 mil milhões para 12,3 mil milhões de meticais, gerando dividendos superiores a 4,4 mil milhões de meticais.

O @Verdade apurou que um dos principais clientes dos produtos de crédito do Millennium Bim é Estado mo-

do Estado, quase quadruplicou de 3,5 mil milhões para 12,4 mil milhões de meticais.

E por outro, o “crédito com outras garantias” concedido às Empresas Públicas através de livranças em branco, contratos de cessação de créditos, consignação de receitas futuras, cartas de conforto do Governo cresceu mais de 23 mil milhões de meticais, passado de 35,6 mil milhões em 2015 para 58,7 mil milhões de meticais em 2016.

Análises do @Verdade aos Relatórios e Contas de algumas Empresas Públicas permitem identificar créditos do MBim para os Aeroportos de Moçambique, Linhas Aéreas de Moçambique, Moçambique Celular, Caminhos de Ferro de Moçambique, Telecomunicações de Moçambique e Petróleos de Moçambique.

O @Verdade entende ainda que estará contabilizado na rubrica de “crédito com outras garantias” a dívida da Proindicus que o Millennium Bim comprou.



agravamento das taxas de juro, como resultado da política monetária restritiva do Banco de Moçambique.

Cobrando juros acima dos 37% a margem financeira do banco nos juros sobre a sua

chambicano, paradoxalmente accionista e responsável pela crise e pelo aumento das taxas de juro.

Por um lado o crédito ao sector público, sem incluir o denominado sector empresarial

→ continuação Pag. 07 - Empréstimos da Proindicus, EMATUM e MAM não aconteceram por falta de regulamentação

saibam quando é que se emite garantias às empresas”, acrescentou ainda o ministro Maleiane.

Este regulamento é claramente criado em resposta ao processo que, entre 2013 e 2014, culminou a contratação de empréstimos de mais de 2 bilhões de dólares norte-americanos pelas empresas estatais Proindicus, EMATUM e MAM com Garantias Soberanas emitidas pelo Governo do então Presidente Armando Guebuza com apenas a assinatura do seu ministro das Finanças, Manuel Chang, à favor de um banco suíço e de outro russo.

Acontece que essas Garantias foram emitidas em clara violação da Constituição da República assim como das Leis Orçamentais de 2013 e de 2014, como aliás constatou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada em 2016 para averiguar a situação da Dívida Pública.

“Sobre a observância da legalidade na contracção da Dívida Pública, o artigo 179 da Constituição da República, no seu número 2, estabelece como uma das competências exclusivas da Assembleia da República “p) autorizar o Governo, definindo as condições gerais, a contrair ou a conceder empréstimos, a realizar outras operações de crédito, por um período superior a um exercício económico e a estabelecer o limite máximo dos avales a conceder pelo Es-

tado”, concluiu a CPI em Dezembro de 2016.

Ademais, “(...) é convicção desta Comissão que o Governo violou as Leis Orçamentais, por ter superado os limites legais definidos sobre as garantias a conceder, o que o obrigava a solicitar à Assembleia da República uma autorização para emitir a diferença das garantias, quer no ano de 2013, quer no ano de 2014.”

A CPI liderada pelo deputado Eneas Comiche entendeu ainda no seu relatório final “(...) que o Governo deveria ter agido segundo as regras de boa administração, pois a ordem jurídica fornece vários mecanismos capazes de evitar a violação da leis. Um dos mecanismos disponíveis ao Governo é a faculdade que este tem de solicitar pareceres ao Banco de Moçambique e à Procuradoria-Geral da República sobre matérias do seu interesse (art. 20 da Lei nº 1/92, de 3 de Janeiro artigo 12 da Lei nº 22/2007, de 1 de Agosto)”.

Portanto este regulamento criado pelo Conselho de Ministros é mais um entretenimento aos moçambicanos que não continuam a ver impunes os mentores e autores morais das dívidas da Proindicus, EMATUM e MAM como estão a enfrentar uma severa crise económica e financeira por causa da resistência do Executivo de Nyusi em esclarecer esses empréstimos claramente ilegais.

→ continuação Pag. 07 - Daviz Simango abre congresso com discurso de combate a políticos que usam MDM para benefício próprio

ral do Estado.

Por isso, segundo as suas palavras, o povo repara para o MDM como sendo a única esperança para a sua própria libertação, bem como para estancar outras adversidades a que a população está sujeita. “As nossas relações diplomáticas estão num nível muito baixo”, considerou.

Porém, para o MDM merecer a confiança do povo moçambicano, De Araújo disse que é preciso que o partido se reorganize, consolide a democracia interna e aprenda a ouvir as suas bases. A expectativa de Manuel de Araújo é de que os membros saiam do II Congresso cada vez mais unidos.

O presidente do partido Casa CE, da República de Angola, Abel Chivukuvuku, considera que os dirigentes do MDM devem trabalhar para mudar o rumo dos acontecimentos em curso no país. Primeiro mudar as coisas em Moçambique e, depois, mudar o destino do povo africano, através da colaboração com países irmãos.

Chivukuvuku disse que não aceita que o continente africano seja o mais atrasado a nível do mundo. “O MDM, junto de outras formações políticas moçambicanas, deve fazer com que o povo moçambicano possa beneficiar de melhores condições de vida”.

Avaliando o desenvolvimento da democracia em Moçambique, o nosso interlocutor disse que ainda há um défice de respeito pelos valores morais e princípios da boa convivência.



Chivukuvuku considerou, também, ser preciso que se faça um esforço conjunto para ultrapassar os obstáculos por si apontados. “Nós devemos manter o sentido de patriotismo e de cidadania acima dos interesses partidários”, vincou.

Comparando o que acontece em Moçambique e em Angola, Chivukuvuku disse que não existem diferenças. “O sistema é o mesmo. A trajetória de desenvolvimento é a mesma. Enfrentamos as mesmas manhas políticas”.

Contudo, é preciso, segundo ele, o engajamento de todos os cidadãos, tanto moçambicanos, como angolanos, para promover a mudança dos eventos em curso. “Não podemos ser sempre negativistas. Devemos sentir a responsabilidade de trabalhar para a implementação de iniciativas inovadoras que gerem confiança do povo.

Para além dos membros que militam em solo pátrio, o II Congresso do MDM conta com a presença de diversas individualidades provenientes das delegações na diáspora, nomeadamente França, Alemanha, Portugal, Holanda, Itália, Suécia, Inglaterra, África do Sul e Quênia.

Renamo já está na corrida pelo município de Nampula

O maior partido da oposição em Moçambique, a Renamo, formalizou, na quarta-feira (06), na Comissão Nacional de Eleições (CNE), em Maputo, a candidatura de Paulo Vahanle, para a eleição intercalar de 24 de Janeiro de 2018, na terceira cidade mais importante do país, Nampula. E diz que está convicta na vitória sobre os seus adversários directos, nomeadamente a Frelimo e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM).

Texto: Emildo Sambo

O escrutínio visa escolher o edil substituto de Mahamudo Amurane, morto a tiros na noite de 04 de Outubro último, no seu domicílio, por pessoas até aqui desconhecidas.

Ao contrário das 2.555 assinaturas de apoiantes exigidas por lei, a Renamo entregou 4.009, das milhares que teve, segundo o mandatário do partido, André Magibire.

O político e também deputado da Assembleia da República (PR) disse a jornalistas que a urbe de Nampula, neste momento dirigida interinamente por Américo Iemenle, presidente da Assembleia Municipal e membro do MDM, estará nas mãos da "Perdiz".

Em 2013, a Renamo boicotou as quartas eleições autárquicas exigindo a revisão da lei eleitoral.

"Estamos preparados para as eleições e garantimos que Nampula" estará nas mãos da Renamo", disse Magibire e considerou que desde 1994 que a Renamo não perde as eleições e não está no poder alegadamente porque há roubos de votos.

Ele não precisou quem será o suposto ladrão de votos e que impede a sua formação política de governar. Todavia, sabe-se que a "Perdiz" sempre acusou a Frelimo de ser o responsável pelo insucesso do partido liderado por Afonso Dhlakama.

O MDM, que também vai concorrer pela sua manutenção realiza, de 05 a 08 de Dezembro em curso, o seu II Congresso.

As candidaturas decorrem desde 23 de Novembro passado e terminam a 07 de Dezembro corrente.

Município de Maputo sonha com Baixa mais turística, quase sem carros, elevador panorâmico e "Rambla" como Barcelona



Tendo o Turismo no horizonte o Município de Maputo pretende requalificar a Baixa da cidade. David Simango tem um ambicioso Plano para até 2025 salvar a história que está a morrer com os cada vez mais velhos edifícios, aumentar a área residencial, organizar os vendedores informais, limitar o tráfego de automóveis, criar uma "Rambla" como de Barcelona na avenida Samora Machel e até edificar um elevador panorâmico. Mas além dos mais de 200 milhões de dólares que o Município e o Governo não têm condicionam o sonho os Ministérios que foram erguidos na Baixa da capital moçambicana.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 10 →

PGR prende Zucula, Zimba e Viegas para continuar investigar corrupção na compra de Embraer's

A Procuradoria-Geral da República (PGR) após um ano e meio a investigar o caso de corrupção na compra de duas aeronaves de marca Embraer, em 2008, pela Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), ordenou nesta quarta-feira (06) a detenção dos arguidos Paulo Zucula, antigo Ministro dos Transportes e Comunicações, Mateus Zimba, antigo Gestor Sênior da Sasol Pretroleum Temane, e de José Viegas, antigo PCA das LAM, enquanto continua a instrução preparatória da acusação.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo



"Os arguidos serão apresentados à autoridade judicial, nos termos legais para entre outras, proceder-se ao primeiro interrogatório de arguido preso, tendo para o efeito, o Ministério Público promovido a aplicação das competentes medidas de coação", informa o Ministério Público moçambicano em comunicado de imprensa enviado ao @Verdade.

Zucula, Zimba e Viegas são sus-

peitos de terem recebido suborno de 800 mil dólares norte-americanos para garantirem a adjudicação de um negócio 70 milhões de dólares norte-americanos à construtora brasileira que vendeu duas aeronaves comerciais a companhia aérea de bandeira moçambicana.

O caso foi despoletado em Dezembro de 2016 quando a Em-

braer admitiu a Justiça do Brasil ter pago subornos para garantir a venda de aeronaves para vários países incluindo Moçambique.

No caso moçambicano Mateus Zimba teria abordado a construtora de aviões pedindo um suborno para assegurar o negócio com as LAM e José Viegas teria negociado o montante do suborno.

Diga-nos quem é o

XICONHOCA

da semana

Por:

BBM Pin: 2B04949C

WhatsApp: 84 399 8634

ou escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 09 - Município de Maputo sonha com Baixa mais turística, quase sem carros, elevador panorâmico e “Rambla” como Barcelona

Um dos problemas para o desenvolvimento do Turismo em Moçambique é o ordenamento territorial, reconheceu o primeiro-ministro, Carlos Agostinho do Rosário, e por isso “(...) pretende-se começar com a acção piloto na Baixa da cidade

passeios, criar uma estação onde autocarros articulam com comboios e barcos, edificar uma conexão entre a Baixa e o Museu através de um elevador, limitar o tráfego de automóveis e ainda restringir algumas vias apenas para os peões.

cação da Baixa, em representação do Município de Maputo.

Este Plano, que se pretende acontecer até 2025, propõe-se a reordenar 2,9 quilómetros quadrados, entre parte do bairro da Malanga, passando por parte do Alto Maé B até uma parte do bairro Central C, e está orçado e 230 milhões de dólares norte-americanos que o Vereador das Actividades Económicas do Município deixou claro não serão investidos pela edilidade.

Mas para além do constrangi-



Aliás a ideia da “Rambla da Samora Machel” debate-se com desafio similar pois seria ladeada pelo Tribunal Administrativo e por dois novos edifícios governamentais que estão para nascer defronte do local.

Quessanias Matsombe, presidente da Federação Moçambicana de Turismo e Hotelaria, “temos muito boas ideias mas o meu receio é que daqui a dez anos voltaremos a discutir os mesmos problemas de hoje. Queria sugerir que elegêssemos duas ou três ideias e com um plano concreto, com timings e tentarmos cumprir. A outra questão que não ouvi é que é que nós fazemos com a marginal, olho para ela como uma fonte de receita, um destino turístico de eleição (...) Eu penso que do gabinete do primeiro-ministro até a aldeia dos pescadores nós devíamos ter um plano de desenvolvimento turístico, e a questão que nós temos é que devemos concessionar a parte da praia aos operadores como forma de disciplinar o uso da praia pelos cidadãos”.

“Nós o sector privado estamos prontos a investir na requalificação dos espaços e nas atracções turísticas, nos estacionamento e outras coisas, mas é crucial que haja um entendimento da parte do Governo de que para fazermos alguma coisa precisa de ter incentivos, precisa de parceria, precisa de ser acarinhado (...) algumas isenções, se calhar no espaço que é necessário” apelou Noor Momade, presidente da Associação das Agências de Viagens de Moçambique.



de Maputo para posteriormente estender-se esta experiência para outros quatro destinos turísticos” disse o governante no lançamento do Fórum do Turismo, na última segunda-feira (04).

Para o Município o reordenamento da Baixa passa por salvar a sua história que está presente em mais de 300 edifícios (que sem normas para a sua preservação correm o risco de ser demolidos e substituídos por prédios e armazéns), reorganizar o comércio de rua (licenciando produtos específicos e em áreas específicas), criar sete mil novos lugares de estacionamento não permanente de viaturas, aumentar o número de cidadãos que residam na Baixa, alargar o espaço para

“Rambla” de Maputo

“(...) A avenida Samora Machel, que liga a praça 25 de Junho e o Passos do Município, que é neste momento uma zona não muito bem aproveitada, mas tem no seu percurso o jardim Tunduro. Prevê-se que esta rua possa ser uma espécie de Rambla, à semelhança da Rambla de Barcelona que é uma área totalmente pedonal e que oferece no seu percurso vários serviços e associado a vários edifícios patrimoniais, temos o caso da Fortaleza e o Museu da Moeda, estes espaços bem tratados podem ser destinos turísticos(...)”, revelou Elónio Cossa que apresentou no Fórum do Turismo o Plano Parcial de Urbanização para a requalifi-



mento financeiro, o Município de Maputo procura Parceiras Público-Privadas para materializar este sonho, o Plano Parcial de Urbanização para a requalificação da Baixa enfrenta outro grande desafio que são os Ministérios erguidos na avenida 10 de Novembro que se juntam ao Ministério da Economia e Finanças, ao Gabinete do primeiro-ministro e a Marinha de Guerra, defronte da marginal, que demandam um intenso trânsito de viaturas e áreas de estacionamento mas que também são locais onde hoje é proibido tirar fotografias.

“Nós o sector privado para fazermos alguma coisa precisamos de ter incentivos”

No entanto operadores turísticos nacionais chamaram atenção para a grandiosidade do Plano. “O espaço físico é enorme e vai requerer um investimento muito grande, eventualmente começando por uma área um pouco menor e depois ir expandindo para o resto será mais eficiente” anotou João das Neves, responsável pelo Pelouro do Turismo na Confederação das Associações Económicas.

“Caso FDA”: “manda-se os réus em paz para casa” ou o Ministério Público convence o tribunal de que houve crime?

O processo-crime número 92/2016, no qual 24 co-réus – entre eles ex-funcionários do Fundo de Desenvolvimento Agrário (FDA), a respectiva antiga Presidente do Conselho de Administração e demais pessoas alheias à mesma instituição – são julgados pela Sétima Secção do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo (TJCM), indiciados de roubo de cerca de 170 milhões de milhões, chega ao fim a 20 de Dezembro em curso, com a proferição da sentença pelo juiz Alexandre Samuel, caso ele não decida, por alguma razão, prorrogar a decisão. A defesa acusou, vigorosamente, o Ministério Público (MP) de ter sido mero expectador na investigação criminal, o que coloca em mãos alheias os seus créditos de titular da acção penal.

Texto: Emildo Sambo

Aquando do início do julgamento, a 12 de Setembro passado, o MP, representando por João Nhane, declarou, em tom endurecido, estar convicto de que a ex-PCA do FDA, Setina Titosse, urdiu e encabeçou um esquema de saque do dinheiro em questão, via e-SISTAFE, em conluio com os seus subordinados, amigos, familiares e demais indivíduos alheios àquela entidade vocacionada para o fomento agro-pecuário.

Em suma, a referida artimanha consistiu em forjar projectos de financiamento cujo dinheiro beneficiava a mutuários previamente seleccionados e instrumentalizados para, meia-volta, canalizarem os mesmos fundos à Setina Titosse, segundo a acusação do MP.

O dinheiro que o guardião da legalidade acredita ter sido fraudulentamente retirado dos cofres do FDA, passou por várias contas bancárias, consubstanciando um caso que não só gera espanto pela forma

como se brinca com o erário, como também infringe e arrepia as normas vigentes na administração pública.

A ideia, ainda de acordo com a acusação, era dissimular o crime e a respectiva investigação com o intuito de ocultar a origem ilícita do dinheiro em alusão.

Aliás, o MP defendeu, em sede do tribunal, que a vistoria ou fiscalização que os técnicos do FDA alegaram ter efectuado nos terrenos onde os mutuários se propunham criar gado não passam de uma mentira. E argumentou que parte considerável dos mutuários nem um pedaço de terra tem, porque nunca se propôs a criar gado. Algumas pessoas foram envolvidas no esquema para facilitar o saque do dinheiro.

A defesa questionou com que base o MP tem a certeza que os mutuários não dispõem de espaços para criação de gado e o que é que o faz ter certeza nas palavras

das testemunhas e declarantes.

Com o dinheiro proveniente do pretensão rombo financeiro, diz-se que os réus compraram e ergueram casas luxuosas, adquiriram viaturas e demais bens que, mais tarde, foram confiscados.

Sobre este ponto, a defesa da antiga PCA do FDA, por exemplo, venceu que a sua cliente é uma empresária e ficou provado que detém uma empresa ligada ao ramo agro-pecuário. Aliás, ficou-se a saber que, aquando da investigação, o Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) confiscou pelo menos 500 cabeças de gado bovino e todas foram vendidas a um preço de banana, mas não se sabe qual foi o destino ao dinheiro.

Da acusação do MP – que exige que o Estado seja ressarcido, solidariamente, pelos acusados e a este sejam aplicadas penas exemplares – pode-se concluir, facilmente, que subjaz a ideia de que os réus se

refastelaram com o dinheiro do Estado.

Essa posição do MP prevaleceu até às alegações finais, embora tenha sido rigidamente rebatida pela defesa dos arguidos, ao longo das sessões de julgamento.

Eles tentaram convencer o juiz de que desde o dia da proferição do despacho de acusação e pronúncia, o MP nunca houve sequer uma explicação lógica sobre os motivos que levaram os réus à barra da justiça.

Jaime Sunda, advogado de Setina Titosse, disse que o guardião da legalidade fez de tudo para “encurrular os réus (...)”. Estamos a falar de um crime eminentemente económico, cuja aferição está fora do alcance do MP. Este não é contabilista nem financeiro do Estado. Assim, teria sido razoável que o tribunal tivesse encontrado peritos de contas para examinarem detalhadamente o assunto e não se ater às acusações do MP, afirmou Jaime Sunda.

continua Pag. 11 →

→ continuação Pag. 10 - “Caso FDA”: “manda-se os réus em paz para casa” ou o Ministério Público convence o tribunal de que houve crime?

Os despronunciados e o agastamento da defesa

À luz do mesmo processo-crime em alusão, o MP absteve-se de acusar os cidadãos Anísio Guvane, Antônio Chioze, Dias Mucavel [este encontra-se doente, em Xai-Xai, província de Gaza] e a cidadã Lerena Massinga [prima de Julieta Titosse], por motivos não clarificados.

Na altura em que se deu o suposto desfalque no FDA, Dias Mucavel e Julieta Titosse eram casados e viviam juntos. Todavia, quando Lerena recebeu o dinheiro do FDA não o canalizou para a prima, mas sim, para a conta bancária do cunhado [Dias Mucavel].

Volvido algum tempo, Dias separou-se da consorte e, após uma concertação com Lerena, achou prudente enviar o montante em sua posse para a conta da ex-mulher. Esta, julgando desnecessário ficar com um fundo que não lhe pertencia, orientou a prima para depositar o dinheiro a prazo. A decisão surgiu do facto de naquela altura era inviável criar gado – fim a que o referido dinheiro se destinava – devido à estiagem.

Foi a partir dessa altura que Julieta ficou envolvida no delito de que é hoje acusada pelo MP. Contudo, ela responde sozinha por um crime que no entender no seu advogado é inexistente, ou se existe, o ex-marido devia também estar no banco dos réus.

Aliás, os advogados dos 24 co-arguidos disseram, em sede do tribunal, em bom tom, que não percebem os motivos que levaram o MP a não acusar e pronunciar o marido da Julieta, bem como os cidadãos Anísio Guvane, Antônio Chioze e Lerena Massinga.

A justificação segundo a qual os visados serão julgados num processo autónomo, de acordo com o magistrado do MP, João Nhane, deixou os defensores mais arrelia-dos e acusaram o guardião da legalidade de arrastado para o tribunal, a todo custo, um processo prenhe de lacunas no que à investigação diz respeito.

Os causídicos questionam ainda por que razão os irmãos Dércio Manganhe, Gerson Manganhe e Binaia Manganhe, ouvidos pelo tribunal como declarantes, são considerados como não tendo cometido acções condenáveis, se também celebraram contratos de financiamento no FDA, receberam dinheiro e efectuaram transferências. “Eles deviam ser culpados como os outros (...)”.

Os três cidadãos são irmãos de Milda Cossa, sendo esta a mais velha e a que geria os seus cartões bancários e dava ordens pretensamente dadas por Setina Titosse.

Os crimes cometidos e os rebatimentos da defesa

Na generalidade os réus deste processo são acusados de terem praticados os se-

guintes crimes, que para a defesa nunca existiram: PRIMEIRO, corrupção passiva para acto ou omissão ilícita, previsto e punido pelo artigo 502 n.º 1 do actual Código Penal (CP);

ARTIGO 502
(Corrupção passiva para acto ou omissão ilícita)
1. Aquele que, por si ou por interposta pessoa, solicitar ou receber dinheiro ou promessa de dinheiro ou qualquer vantagem patrimonial ou não patrimonial, que não lhe seja devida, para praticar acto que implique violação dos deveres do seu cargo ou omissão de acto que tenha o dever de praticar, será punido com pena de prisão até dois anos e multa até um ano.

SEGUNDO, corrupção passiva para acto lícito, previsto e punido pelo artigo 503 n.º 1 do actual CP;

ARTIGO 503
(Corrupção passiva para acto lícito)
1. Aquele que, por si ou interposta pessoa, solicitar ou receber dinheiro ou promessa de dinheiro ou qualquer vantagem patrimonial ou não patrimonial, que não lhe seja devida, para praticar actos não contrários aos deveres do seu cargo e cabendo nas suas funções, será punido com pena de prisão até um ano e multa até seis meses.

TERCEIRO, burla por defraudação, previsto e punido pelas disposições conjugadas dos artigos 451 e 421 do antigo CP e actual C.P no artigo 299.

ARTIGO 401
(Burla por defraudação)
Será punido com as penas de prisão, segundo o valor da soma fraudada ou do prejuízo causado, aquele que defraudar a fortuna, tendo em vista as suas obrigações, de qualquer modo, se através de actos, por alguns dos seguintes meios:
1.º — Usando de falsas notas ou de falsas qualidades;
2.º — Empregando alguma falsificação de moeda;
3.º — Empregando artifícios fraudulentos para persuadir a outrem de alguma falsa vantagem, ou de bom, ou de certo, ou de outro qualquer, ou para produzir a assinatura de qualquer pessoa;
§ 1.º — A pena mais grave de liberdade, se houver lugar, será aplicada;
§ 2.º — É aplicável às infrações previstas neste artigo o disposto no artigo 430.º e no artigo 431.º e aos parágrafos relativos ao facto.

TÍTULO V
Das crimes contra a propriedade
CAPÍTULO I
Do furto e do roubo e do sequestro de coisa móvel
SEÇÃO I
Furto
ARTIGO 401
(Furto)
Aquele que cometer o crime de furto, cometendo fraudadamente uma coisa que lhe não pertença, será punido com:
1.º — A prisão até seis meses e multa até seis meses, se a coisa for móvel, valor superior a 2 000 000;
2.º — A prisão até seis meses e multa até seis meses, se a coisa for móvel, e não for superior a 2 000 000;
3.º — A prisão até dois anos e multa até seis meses, se a coisa for móvel, e não for superior a 40 000 000;
4.º — A prisão maior de dois a seis anos, se a coisa for móvel, e não for superior a 40 000 000 e não for superior a 1 000 000 000;
5.º — A prisão maior de seis a doze anos, se a coisa for móvel, e não for superior a 1 000 000 000;
§ único — Considerar-se sempre não só facto a total das coisas pecúrias subtraídas pelo mesmo indivíduo à mesma pessoa, como as coisas distintas;
Mantêm-se em vigor as disposições do art. 4.º, § único, da Lei n.º 14, de 1976, para que a responsabilidade do facto é sempre conjunta;
Chamam-se Sargento-Tribunal de Furto do CP de Maio de 1976, Livro III, Título V, Artigo 401, do R. de Junho de 1976.

QUARTO, abuso de cargo ou função, previsto e punido pelo artigo 507 do actual CP;

ARTIGO 507
(Abuso de cargo ou função)
O servidor público que fizer uso abusivo do seu cargo ou da sua função, praticando acto ou omitindo ou retardando acto no exercício das suas funções, em violação da lei, ordens ou instruções superiores com o fim de obter vantagem patrimonial ou não patrimonial para si ou para terceiro, será punido com pena de prisão até dois anos e multa até um ano, salvas as penas de corrupção se houverem lugar.

QUINTO, branqueamento de capitais, previsto e punido pelas disposições conjugadas pelas artigos 4 (alíneas a) e b)) e artigo 7 da Lei n.º 14/2013 de 31 de Dezembro.

De acordo com os causídicos, este crime, também conhecido como lavagem de dinheiro, consiste é a transformação, por via de actividades criminosas que visam a dissimulação da origem ou do proprietário real dos fundos, dos proventos resultantes de actividades ilícitas, em capitais reutilizáveis nos termos da lei, dando-lhes uma aparência de legalidade.

Sobre esta matéria, o advogado de Setina Titosse, por exemplo, esgrimiou vários argumentos tentando persuadir o MP a reverter o enquadramento legal dos crimes de que acusa os 24 co-réus ou desistir deles, fazendo, desta feita, cair por terra a ideia de que houve crime algum.

SEXTO, associação para delinquir, previsto e punido pelo artigo 458 do actual CP; crime de peculato, previsto e punido pelo 514 do CP.

Sobre este delito, os defensores tentaram, diga em abono da verdade, ridicularizar o MP diante do tribunal. Segundo ele, nenhum dos arguidos pode ter se associado para delinquir. Este é um tipo legal de crime que, entre outros requisitos para se figurar como tal, exige associação e/ou reunião de forma estável e permanente de várias pessoas, com o objectivo de praticar múltiplos crimes.

É ainda preciso que esse grupo esteja estruturalmente organizado e tenha como uma das características a divisão de tarefas, ainda que informalmente, sob um comando individual ou coletivo, com o fim de cometer infrações penais.

SÉTIMO, crime de encobridor, previsto e punido pela conjugação dos artigos 24 e 132 todos do CP.

ARTIGO 24
(Encobridores)
1. São encobridores:
a) os que alteram ou desfazem os vestígios do crime com o propósito de impedir ou prejudicar a formação do corpo de delito;
b) os que ocultam ou inutilizam as provas, os instrumentos ou os objectos do crime com o intuito de concorrer para a impunidade;
c) os que, sendo obrigados em razão da sua profissão, emprego, arte ou ofício, a fazer qualquer exame a respeito de algum crime, alteram ou ocultam nesse exame a verdade do facto com o propósito de favorecer algum criminoso;
d) os que por compra, penhor, dádava ou qualquer outro meio, se aproveitam ou auxiliam o criminoso para que se aproveite dos produtos do crime, tendo conhecimento no acto da aquisição da sua criminosa proveniência;
e) os que, sem previamente se terem informado da sua legítima proveniência, adquirem ou recebem, a qualquer título, coisa que, pela sua qualidade ou pela condição de quem lhe oferece ou pelo montante do preço proposto, faz razoavelmente suspeitar de que ela provém de actividade criminosa;
f) os que acolhem o agente do crime ou lhe facilitam a fuga, com o propósito de o subtraírem à acção da justiça.
2. Não são considerados encobridores o cônjuge ou os que vivem como tal, ascendentes, descendentes, adoptantes, adoptados e os colaterais ou afins do agente do crime até ao terceiro grau por direito civil, que praticarem qualquer dos factos designados nas alíneas a), b) e f) do n.º 1 do presente artigo.

ARTIGO 132
(Pena aplicável ao encobridor)
1. O encobridor será punido nos termos seguintes:
a) se ao crime for aplicável qualquer pena maior, com excepção da indicada na alínea e) do artigo 61, ser-lhe-á aplicada pena de prisão;
b) se for a pena maior da alínea e) do artigo 61, ser-lhe-á aplicada a de prisão por seis meses a um ano;
c) se for a pena de prisão, ser-lhe-á aplicada a mesma pena, atenuada e nunca superior a três meses.
2. Ao encobridor, a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 24, será aplicada a mesma pena que caberia ao autor do crime frustrado.
3. Ao encobridor, que incorrer no disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 24, será aplicável a pena de prisão até seis meses e multa correspondente.
4. A falta de conhecimento sobre a proveniência ilícita da coisa, isenta o agente da responsabilidade criminal prevista no número anterior.

“Nada prova que houve crime” (?)

Na perspectiva dos advogados, o MP não explicou ao detalhe, ao tribunal, a maneira como os crimes que imputa aos 24 co-réus foram cometidos nem em que consistiram.

Neste contexto a acusação do representante do Estado não só é inconsistente, como denuncia uma investigação feita de forma “atabalhoadada”, por isso, não foi constituído “o corpo de delito”, o que, na sua óptica, deita por terra todo o trabalho.

Os defensores sustentaram, em bloco, que, não tendo se verificado a existência de um crime e as circunstâncias em que foi praticado, nada impede que se “mande os réus em paz para casa”.

Os argumentos da defesa resume-se no facto de que crimes que o MP diz terem sido cometido não se conformarem com os previstos os respectivos dispositivos legais, conforma o acima exposto.

A defesa questionou ainda ao MP, qual foi, afinal, o prejuízo real e o devido impacto que os arguidos causaram ao Estado, pois isso nunca ficou claro no processo.

Aliás, no mesmo processo em julgamento, não se diz qual foi a quantia que o GCCC e MP recuperaram durante a investigação, mas sabe-se que se apoderou de avultadas somas em dinheiro que ainda restava nas contas bancárias dos réus. Confiscou ainda diversos bens tais como casas e viaturas, o que leva os causídicos a acreditarem que MP recuperou mais do que devia.

A audiência que tinha como finalidade apresentação das alegações finais terminou com os advogados a apelaram, emotivamente, ao tribunal para que absolva os arguidos alegadamente porque MP não fez cabalmente o seu trabalho durante a investigação criminal.

“Nada prova, até aqui, que os nossos clientes tenham cometido algum crime (...). o Ministério Público não promoveu um pronunciamento sequer a favor dos réus e manteve-se sempre contra”, disseram eles, argumentando que o facto de os peritos do Ministério da Economia e Finanças (MEF) terem dito que os relatórios de contas referentes ao período de 2013/2016 ainda está em análise é uma provas bastantes de que “não há matéria para acusar os réus”.

No calor das acusações entre os causídicos e o MP, este classificou de falacioso o argumentou segundo o qual não houve crime algum e os réus deviam ser absolvidos.

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail

averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

Transporte de passageiros na quadra festiva: INATTER vai endurecer medidas de fiscalização

O Ministério dos Transportes e Comunicações, através do Instituto Nacional dos Transportes Terrestres (INATTER), vai endurecer as medidas de fiscalização às viaturas de transporte internacional e interprovincial, com vista a evitar a ocorrência de acidentes de viação durante a quadra festiva que se avizinha.

Este anúncio foi feito pela vice-ministra dos Transportes e Comunicações, Manuela Rebelo, durante a visita que efectuou na segunda-feira, 4 de Dezembro, ao Terminal Internacional e Interprovincial da Junta, na cidade de Maputo, para se inteirar das condições criadas para responder ao aumento do fluxo de passageiros durante o período das festas do Natal e do fim de ano.

O endurecimento das medidas de fiscalização às viaturas de transporte internacional e interprovincial, e não só, resulta do facto de este período, para além do aumento do número de passageiros, ser caracterizado pela escalada da sinistralidade rodoviária no País.

É neste sentido que, para contrariar esta tendência, “vamos orientar o INATTER no sentido de ser mais rigoroso na fiscalização. Não queremos que os nossos concidadãos sejam transportados em viaturas que não estejam em condições para o efeito”, disse a vice-ministra.

A orientação será extensiva aos centros de inspecção periódica de viaturas, responsáveis pela verificação das condições mecânicas de veículos que circulam nas estradas nacionais, em particular os de transporte internacional e interprovincial.

“Vamos apertar o cerco. Há casos de viaturas que passam pela inspecção

sem reunir condições. Não podemos permitir que isso aconteça. As pessoas devem viajar condignamente e, acima de tudo, em segurança”, acrescentou Manuela Rebelo.

Em relação à visita ao Terminal Internacional e Interprovincial da Junta, a vice-ministra mostrou-se preocupada com diversas situações que verificou no local, tais com a superlotação de viaturas,



o mau preenchimento das listas nominais dos passageiros, cobrança de taxas exorbitantes por parte das associações dos transportadores, entre outras.

“Esta visita foi anunciada e, por isso, esperávamos encontrar as coisas em ordem. Por exemplo, as listas nominais de passageiros estão mal preenchidas e não têm outro dado para além dos nomes, também mal escritos. Se não registam o nome das crianças que viajam ao colo como vão ser identificadas se algo acontecer?”, questionou a governante.

Os transportadores, por seu turno, garantiram que estão preparados para responder à demanda que caracteriza a quadra festiva e aproveitaram a ocasião para propor o levantamento do banimento de viaturas de 15 lugares para o transporte interprovincial que, entretanto, continuam a operar apesar de lhes terem sido retiradas as licenças e a suspensão da interdição da circulação nocturna durante a quadra festiva.

Em resposta, Manuela Rebelo, que falava no encontro mantido com a gestão do terminal e os transportadores, referiu que “a medida é irreversível. O Regulamento do Transporte Automóvel diz que o transporte interprovincial só pode ser feito com viaturas com mais de 29 lugares. O que devemos fazer é admitir a entrada de operadores capazes de adquirir estes meios.

Sobre o levantamento da proibição da circulação nocturna de viaturas de transporte de passageiros, Manuela Rebelo descartou essa possibilidade, por esta aumentar o risco de acidentes. “Estamos a trabalhar para a redução da sinistralidade rodoviária, por isso não podemos tomar medidas que nos possam trazer problemas. Os transportadores precisam de se organizar para transportar com segurança, cumprindo escrupulosamente os requisitos e regras estabelecidas para o exercício desta actividade”, exortou a governante.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

→ continuação Pag. 01 - Tuberculose ainda é epidemia séria em Moçambique e mata ao menos 22 mil pessoas anualmente

Manhica disse que o nosso país ainda não dispõe de uma estratégia de combate à tuberculose devidamente alinhada com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODM), que preconizam que até 2030 é imperioso que esta enfermidade seja eliminada.

A ministra da Saúde falou igualmente do facto de o chamado bacilo de Koch – nome do micróbio que causa a enfermidade – resistente a medicamento “constituir uma ameaça real”, daí que considerou ser preciso “encontrar soluções que permitam travar”, definitivamente, “o avanço da doença e renovar a esperança da humanidade”.

A governante disse, também, que é altura de “pensarmos em novas abordagens de combate à epidemia e reforçar o trabalho conjunto”.

Aliás, neste contexto, a agenda 2030 indica que só se pode lograr sucesso até aquela data se a implementação do compromisso for levado a cabo com “o engajamento profundo do Governo, da sociedade civil, dos parlamentares, do sector privado, dos académicos” e de outros actores nacionais e internacionais.

O chefe do programa nacional de controlo da tuberculose, no MISAU, acrescentou que, para além de intensificar a pesquisa e inovação na área da tuberculose, é necessário encontrar políticas arrojadas de combate e sistemas de poio ao sector.

De há tempos a esta parte, “houve progressões mas ainda estamos longe” de atingir as metas estabelecidas na agenda 2030.

Para inverter a situação, é preciso, entre outras várias acções, “acelerar o passo”, pois, neste momento, a taxa de redução do chamado bacilo de Koch está nos 2%, contra 17% desejáveis.

9 a 17 de Dezembro: Tunduro acolhe sétima edição do Standard Bank Open

Os “courts” do Jardim Tunduro, na cidade de Maputo, acolhem, entre os dias 9 e 17 de Dezembro, a sétima edição do Standard Bank Open, que contará com a participação de tenistas da República Democrática de Congo e de seis países da região, nomeadamente África do Sul, Swazilândia, Zâmbia, Botswana, Zimbabwe e Lesoto.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



O prize money global, 500 mil meticais, será distribuído pelas categorias de séniores masculinos e femininos, pares mistos, veteranos e mini-ténis, para crianças.

Este torneio, que teve a sua primeira expressão em 2011, visa massificar a prática da modalidade no país, contribuindo para a rotação dos atletas nacionais de modo a que estejam minimamente preparados para as competições internacionais.

Intervindo na conferência de imprensa do lançamento da iniciativa, ocorrida, na segunda-feira, 4 de Dezembro, em Maputo, o gestor de Marketing do Standard Bank, Alfredo Mucavela, referiu que para a materialização da presente edição, o Standard Bank vai disponibilizar todas as condições técnicas a par das premiações, taças e medalhas em todas as provas em disputa, e ainda um prize money global no valor de 500 mil meticais.

O Standard Bank, conforme indicou, sente-se orgulhoso por ser um dos principais impulsionadores do ténis no País: “Investimos no ténis porque achamos que esta modalidade é estratégica, daí que queremos levá-lo às comunidades, despertar interesse sobre a prática deste desporto e massificá-lo”, disse.

“Esta edição será muito mais abrangente no sentido de envolver um maior número de participantes. Gostaríamos que as crianças aprendessem a dar os primeiros toques na bola, através do Standard Bank Open. A nossa perspectiva é de que este movimento seja uma festa, um convívio desportivo, com muita competição, diversão e prémios”, realçou Alfredo Mucavela.

Para o presidente da Federação Moçambicana de Ténis (FMT), Valige Tauabo, a presente edição vai servir para fazer a avaliação dos tenistas que se foram formando ao longo das últimas seis edições do Standard Bank Open, em todos os escalões.

“Nesta sétima edição teremos um ténis competitivo, pois já estão inscritos atletas nacionais e internacionais de grande gabarito”, indicou, acrescentando que o Standard Bank Open traz uma mais-valia à FMT.

Trata-se, conforme sustentou, de um torneio calendarizado no plano das actividades da FMT e constitui uma das maiores e melhor provas do calendário da federação. “É através deste torneio que o ténis moçambicano é exposto além fronteiras”, destacou.

Importa salientar que o torneio vai abarcar, igualmente, uma competição paralela, envolvendo clientes e colaboradores do Standard Bank, patrocinador exclusivo do torneio. A realização deste projecto desportivo faz parte do conjunto de acções de responsabilidade social desenvolvidas pelo Banco, no âmbito do seu compromisso com o desenvolvimento do desporto nacional.

Actores da Justiça debatem revisão dos Códigos Penal, de Processo Penal e de Execução de Penas

Com o propósito de tornar a legislação penal eficaz, eficiente e efectiva, arrancou esta segunda-feira, 4 de Dezembro, em Maputo, o Simpósio sobre a Revisão do Código Penal, do Código de Processo Penal e do Código de Execução de Penas, um evento que reúne diversos actores do poder legislativo, judiciário e da Sociedade Civil.

O objectivo fundamental deste simpósio, da iniciativa da Assembleia da República, através da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade (CACDHL), é de reflectir sobre a revisão dos Códigos Penal, de Processo Penal e de Execução de Penas, o que culminará com a sistematização das contribuições que saírem do mesmo, para efeitos de avaliação a nível do parlamento.

No discurso que marcou a abertura do evento, o 1º vice-presidente da Assembleia da República, António José Amélia, referiu que espera, deste evento, uma reflexão profunda e que forneça subsídios relevantes para a elaboração final dos projectos de revisão da legislação penal.

“Estamos aqui neste simpósio, entre parlamentares, aplicadores da lei e os respectivos destinatários da lei, com o mesmo objectivo de encontrar uma plataforma comum, ou seja, instrumentos legais que protejam os direitos humanos e que nos permitam fazer a verdadeira justiça ao nosso povo, na área criminal”, apontou António José Amélia.

Sobre o debate que terá lugar neste simpósio, o 1º vice-presidente da Assembleia



da República recomendou para que o mesmo “seja franco e aberto, comunicando as ricas experiências de cada um dos participantes e a cultura das nossas populações”.

“A criminalidade continua a ser uma das preocupações do nosso Governo, daí a necessidade de revisão dos referidos códigos, de modo a adequá-los aos novos desafios decorrentes das transformações políticas, económicas e sócio-culturais que se verificam no nosso País”, indicou.

Igualmente presente no evento, o presidente da Associação Moçambicana de Juizes (AMJ), Carlos Mondlane, assegurou, por sua vez, que é também propósito deste simpósio discutir a conformação da legislação penal à Constituição da Re-

pública, no tocante ao novo paradigma que o mesmo traz, decorrente da sua aprovação em 2004.

“Pretendemos adaptar a legislação penal, designadamente o Código Penal, o Código de Processo Penal, bem como o Código de Execução de Penas, a um paradigma no qual há maior respeito pelos direitos humanos, através da humanização do próprio direito penal, tornando a justiça mais próxima do cidadão”, manifestou.

Carlos Mondlane saudou, por fim, a Assembleia da República e a respectiva CACDHL, por esta iniciativa que permitiu que os juizes, procuradores, advogados, polícias e a Sociedade Civil possam discutir sobre como aperfeiçoar o quadro jurídico legal nacional.

Importa referir que este simpósio marca o fim do processo de auscultação, levado a cabo pelos parlamentares, tendo em vista a sistematização e harmonização das várias contribuições recebidas para a revisão dos códigos. As versões finais das propostas serão depositadas, para apreciação, na próxima sessão ordinária da Assembleia da República, agendada para o próximo ano.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Acidentes de viação continuam a matar...

Ao menos 10 pessoas perderam a vida e outras 50 ficaram feridas, das quais 18 em estado grave, devido a 24 acidentes de viação, na última semana de Novembro, em Moçambique, onde estudos sugerem que as regiões sul e centro são as mais propensas à ocorrência de acidentes de carros, porém, prevalece a falta de responsabilização.

Texto: Redacção

O excesso de velocidade, a má travessia de peões, o cruzamento irregular, o corte de prioridade e as deficiências mecânicas foram algumas causas na origem da referida sinistralidade rodoviária, cuja ocorrência em massa é atribuída a jovens e adultos do sexo masculino, com idades compreendidas entre 18 e 45 anos.

Os atropelamentos e os despistes e capotamentos, com 11 e sete casos respectivamente, foram os tipos de acidentes mais registados, numa semana em que, segundo o Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM), 33 indivíduos foram detidos por alegada tentativa de suborno a agentes da Lei e Ordem, valores que variam de 40 a 2.200 meticais.

Os factos aconteceram na capital do país e nas províncias de Maputo, Tete, Sofala, Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado, disse Inácio Dia, porta-voz daquela entidade do Estado.

Na mesma semana, que compreende ao período de 25 de Novembro passado a 01 de Dezembro corrente, a Polícia de Trânsito (PT) fiscalizou 39.723 carros e impôs de 4.185 multas a automobilistas infractores.

Durante o mesmo trabalho, foram apreendidas 317 cartas de condução em virtude de os seus titulares terem cometido várias transgressões puníveis à luz do Código da Estrada.

A PT deteve igualmente 11 indivíduos acusados de condução ilegal, enquanto a Polícia de Protecção recuperou igual número de armas de fogo, na cidade e províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Tete e Zambézia, bem como 119 munições para armas de fogo de diversos calibres, disse Inácio Dina, que falava no habitual briefing à imprensa.

As escondidas, Governo de Nyusi aumentou preço da água potável em Moçambique

Notou que a factura de água ficou mais cara? O Governo de Filipe Nyusi aumentou, mais uma vez às escondidas, o custo do precioso líquido em Moçambique desde o passado dia 1 de Outubro. O preço mais elevado continua a ser praticado em Maputo, cidade e província, porém os agravamentos mais significativos, 27% e 25%, aconteceram no custo da água em Nampula e em Pemba, respectivamente.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 14 →

Sem vergonha e liderança (muito)pouco se pode combater a corrupção

Os funcionários afectos a diferentes instituições públicas na cidade de Maputo lesaram o Estado em 3.550.327 meticais, devido a actos de corrupção, de Janeiro a Novembro deste ano, segundo a governadora Iolanda Cintura. Para o jurista e jornalista Tomás Vieira Mário, esta situação pode ser indicativo de que “se você não rouba do Estado é considerado tolo (...), covarde” e o pior de tudo é que a distinção entre o bem comum e individual” esfumou-se. Por conseguinte, corrupção tornou-se uma maneira de viver de que poucos ou ninguém se envergonha.

Texto & Foto: Emildo Sambo

A governante e Tomás Vieira Mário falavam esta quinta-feira (07), na Procuradoria-Geral da República (PGR), num encontro alusivo às celebrações do “Dia Internacional contra a Corrupção”, este sábado (09), sob o lema “unidos contra a corrupção para o desenvolvimento, a paz e a segurança”.

Iolanda Cintura disse que, no período a que se referiu, a Procuradoria da Cidade de Maputo tramitou 28 processos relacionados com os crimes de corrupção e peculato.

Por sua vez, Tomás Vieira Mário orientou uma palestra, na qual defendeu que os tentáculos desse comportamento desonesto, fraudulento ou ilegal que implica a troca de dinheiro, valores ou serviços em proveito próprio abarcam quase todos os sectores da administração



pública e se imperar a falta de liderança, os corruptos infestarão a tudo e todos, comprometendo, desta forma, o futuro do país.

Apesar dos múltiplos discursos de repúdio à corrupção e de todas as acções que visam combatê-la, continuamos a registar vários casos,

continua Pag. 14 →



A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o

XICONHOCA
da semana



Por:

BBM Pin:
2B04949C

WhatsApp:
84 399 8634

ou escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 13 - Às escondidas, Governo de Nyusi aumentou preço da água potável em Moçambique

O @Verdade descobriu que o Executivo, através do Conselho de Regulação de Águas (CRA), aprovou no passado dia 1 de Setembro o ajustamento das tarifas de água potável nos Sistemas sob gestão do Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG), com efeitos desde o passado dia 1 de Outubro.

Tentativas de obter esclarecimentos do CRA, particularmente sobre as razões do aumento, não tiveram sucesso.

Oficialmente a razão do aumento é a “salvaguarda da manutenção dos sistemas e da continuidade de fornecimento de serviço de qualidade”, de acordo com a Resolução nº 3/2017 do CRA publicada em Boletim da República de 13 de Setembro passado.

Mas o @Verdade entende que os aumentos estão ligados à crise financeira que estamos a viver por causa das dívidas ilegais da Proindicus e MAM pois surgem para cobrir o défice resultante do agravamento dos custos de energia, combustíveis e produtos químicos que são fundamentais no processo de produção de água potável.

Ironicamente alguns dos municípios que sofreram os maiores aumentos o precioso líquido está a ser racionado devido à falta de investimentos nos próprios Sistemas do FIPAG.

Os cidadãos de Maputo, Matola e Boane são os que vão continuar a pagar mais caro pela água canalizada. Dos anteriores 22 meticais, no escalão de consumo de 5 a 10 mil metros cúbicos

mensais, o preço passou para 27,56 meticais por metro cúbico. Já no escalão de consumo mensal superior a 10 mil metros cúbicos, o custo passou de 35 meticais para 45,11 meticais por cada metro cúbico.

De acordo com um relatório do CRA, de 2015, a água potável só chegava a 64% dos mais de 2,1 milhões de habitantes destes três municípios.

Os munícipes de Nampula também vão continuar a pagar muito caro pela água potável, no escalão de consumo mensal entre 5 a 10 mil metros cúbicos o preço passou de 22 meticais para 28,03 meticais por cada metro cúbico, enquanto no escalão de consumo mensal superior a 10 mil metros cúbicos o custo aumentou de 25,25 meticais para 29,04 meticais por metro cúbico.

Apesar do precioso líquido não chegar a 30% dos mais de meio milhão de habitantes da chamada capital do Norte a cidade de Nampula enfrenta restrições no fornecimento de água por falta de capacidade da fonte actual para responder à demanda.

Entretanto os residentes da cidade de Pemba, do posto administrativo de Murrébuê e do distrito de Metuge, começam a sentir os efeitos do desenvolvimento na conta de água. Sofreram um aumento de 20% no escalão entre 5 a 10 mil metros cúbicos e passam a pagar 25% mais alto no escalão de consumo mensal superior a 10 mil metros cúbicos.

Porém, mesmo com custo alto a água

Eis os aumentos em cada um dos 15 sistemas de abastecimento de água potável sob gestão do FIPAG, detalhados por categoria e escalão de consumo:

Sistemas	Fontes	DOMÉSTICO (ligações domiciliárias)						Município	GERAL (ligações comerciais, públicas e industriais)		
		Taxa de disponibilidade de Serviço	Consumo até 5m³	Consumo Superior a 5m³			Escala 1		Escala 2		
				Escala 1	Escala 2	Escala 3	Comércio e Público (consumo mínimo até 25m³/mês)		Indústria (consumo mínimo até 50m³/mês)	(Consumo acima do mínimo)	
MTZ/m³	MTZ/mês	MTZ/mês	MTZ/mês	MTZ/m³	MTZ/m³	MTZ/m³	MTZ/mês	MTZ/mês	MTZ/m³		
Maputo, Matola e Boane	10,00	60,00	58,40	78,85	27,24	45,11	18,51	1.892,13	2.184,24	43,48	
Chitima, Cidade e Distrito	10,00	60,00	58,40	80,80	22,51	32,24	13,55	1.808,12	1.808,12	34,11	
Xai-Xai	10,00	60,00	58,40	80,80	22,41	32,28	14,48	874,89	1.348,72	35,00	
Inhamitanga	10,00	60,00	58,40	61,56	23,80	34,07	14,39	828,85	1.438,88	37,29	
Maxixe	10,00	60,00	58,40	74,28	27,28	35,70	18,44	846,85	1.893,70	37,87	
Beira, Dondo, e Mafambisse	10,00	60,00	58,40	78,85	27,87	36,89	18,79	883,49	1.782,87	38,64	
Chimoio, Manica e Gondolo	10,00	60,00	58,40	80,18	21,29	29,29	13,29	805,74	1.811,48	31,23	
Tete e Montipá	10,00	60,00	58,40	80,17	22,86	31,50	14,73	795,21	1.380,44	31,81	
Quelimane, Nicoadala	10,00	60,00	58,40	74,28	28,42	32,87	16,08	816,54	1.713,08	34,28	
Nampula	10,00	60,00	58,40	74,44	28,89	36,89	18,51	887,86	1.795,72	35,82	
Nacala	10,00	60,00	58,40	40,23	21,00	38,82	13,29	846,86	1.893,70	31,87	
Ansoche	10,00	60,00	58,40	80,80	21,25	29,28	13,55	782,00	1.318,00	30,48	
Pemba, Morrêbuê, Metuge	10,00	60,00	58,40	72,80	27,87	36,89	18,51	913,24	1.816,29	36,59	
Lichinga	10,00	60,00	58,40	81,89	23,84	30,50	14,73	788,50	1.378,89	31,54	
Cuamba	10,00	60,00	58,40	60,08	20,19	28,24	13,55	728,72	1.413,64	29,07	

canalizada só chegava a cerca de 36% dos cerca de 200 mil habitantes que estão na área do Sistema na capital da província de Cabo Delgado.

Taxas de serviços administrativos de água aumentaram 20%

Note-se que o Executivo introduziu com esta Resolução uma nova sub-categoria para clientes com consumo até 5 mil metros cúbicos por mês que ficou estabelecida em 58,40 meticais por metro cúbico.

Para além do aumento das tarifas o Governo de Nyusi decidiu ainda agravar em “20%, os valores das taxas de outros serviços, nomeadamente: depósito de garantia, vistoria, subscrição do contrato, corte e religação, aferição do contador, e encargos para

As tarifas médias de referencia também foram agravadas para os montantes discriminados a seguir:

Sistemas - Tarifas Médias de Referência (MTZ/m³)	
Maputo, Matola e Boane	35,90
Chitima, Cidade e Distrito	26,18
Xai - Xai	27,41
Inhamitanga	28,52
Maxixe	28,87
Beira, Dondo e Mafambisse	29,23
Chimoio, Manica e Gondolo	25,68
Tete e Montipá	27,13
Quelimane e Nicoadala	27,81
Nampula	31,97
Nacala	27,80
Ansoche	24,02
Pemba, Morrêbuê e Metuge	31,97
Lichinga	27,41
Cuamba	24,76

contador danificado e/ou pela violação da instalação.

O anterior aumento das tarifas de água aconteceu a 1 de Outubro de 2016.

→ continuação Pag. 13 - Sem vergonha e liderança (muito)pouco se pode combater a corrupção



admitiu a juíza Lúcia Maximiano, que moderava a apresentação do palestrante.

Tomás Vieira Mário acredita que a falta de vergonha e liderança podem estar na origem desse mal. Ele não é novo no planeta mas representa uma “grave ofensa moral”.

De acordo com o palestrante e presidente do Conselho Superior da Comunicação Social (CSCS), na sociedade moçambicana há cada vez mais pessoas – envolvidas em esquemas de corrupção – porque falta de vergonha, noção do bem e do correcto. Pode ser por isso que os valores de probidade e respeito pelo bem comum parecem ter se tornado fúteis.

Segundo o jurista e jornalista, só quem é honesto tem vergonha. Esta é uma qualidade de gente

“não propensa a enganar e defraudar para se apropriar (...) do bem comum”.

Tomás Vieira Mário referiu-se ao processo da migração digital em Moçambique, nas mãos da Startimes, uma firma chinesa, e a Focus 21, holding da família Guebuza [ex-Presidente da República], tendo afirmado que este é um exemplo de promiscuidade entre o poder político e o sector privado. Tratou-se de um negócio milionário e típico de indivíduos sem vergonha.

“A liderança ou falta dela pode ser uma das causas da corrupção (...)”, disse o interlocutor, salientando que só existe liderança quando há uma agenda clara, com previsão clara nítida de resultados, com um sistema de fiscalização e com as devidas formas de responsabilização àqueles que agirem em sentido

contrário. E parece ser isso que falta no país.

Se com o evento a que nos referimos a ideia era trazer soluções para estancar o mal em questão, diga-se que tal desiderato não foi logrado nem de longe. Participaram procuradores, juizes, funcionários e agentes do Estado, entre outros.

Amélia Munguambe, procuradora-chefe da cidade de Maputo, contou, a título de exemplo, que há situações em que determinado dirigente de uma instituição pública é destituído por prática de corrupção mas o outro que o substitui, em vez de agir em sentido contrário, “segue as mesmas peugadas”.

A magistrada questionou como é que um funcionário ou agente do Estado pode sentir vergonha numa situação em que existe uma cultura de que o suborno e a corrupção são práticas normais (...), não obstante todos os efeitos negativos decorrentes dela.

Para a conservadora Arlinda Nhaquila, só tem vergonha aquele que tem moral. “Podemos realizar tantos seminários (...), mas se não sairmos das palavras para a acção” pouca coisa ou nada vai mudar. O Estado precisa apostar na formação dos seus funcionários e incutir nelas o compromisso individual de cultivar os valores morais. Estes devem ser igualmente inculcados na sociedade.

Democracia depende do exercício de cidadania e o recurso às armas é arrogância, Daviz Simango

O presidente do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), Daviz Simango, instou aos moçambicanos, a partir da terceira cidade mais importante e que integra o maior círculo eleitoral do país, onde decorre o II Congresso do seu partido, a exercer a cidadania para promover a democracia.

Texto: Redacção

Dirigindo aos seus correligionários, mas com um discurso orientado para o autoproclamado povo pacífico, o líder da segunda maior formação política da oposição considerou que construir uma democracia “é uma tarefa dura” e ela “só será forte se o exercício da cidadania for forte” e as vozes dos que exercem tal cidadania forem ouvidas.

Daviz Simango lembrou que uma democracia “não funciona com partidos poderosos, arrogantes, mas sim, com instituições democráticas fortes e com partidos decentes”.

A democratização requer o respeito pelas opiniões dos outros e aceitação de um verdadeiro debate sociopolítico dos problemas que afligem o país. É necessário que se assuma que “todos somos úteis para o engrandecimento de Moçambique”.

Num outro desenvolvimento, Daviz, que é igualmente edil da Beira, disse que o recurso às armas para silenciar seja quem for, ou para se conseguir protagonismo não é instrumento para solucionar o conflito.

Refira-se que vários membros do MDM, sobretudo da Renamo, foram mortos a tiros em algumas províncias do centro e norte do país. Os crimes ainda não foram esclarecidos, sabendo-se apenas que autoridades estão (eternamente) a investigar.

No que respeita à economia nacional, o líder político afirmou que ela é frágil tal como a nossa segurança. Não reconhecer essa debilidade pode levar a que os cidadãos sejam enganados, iludidos e o país esteja na situação de despreparo para lidar com o mesmo problema.

A precariedade da nossa economia pode levar milhões de jovens ao desespero, principalmente os que “nunca tiveram a oportunidade de ir à escola”.

Esse grupo de pessoas, na óptica de Daviz, fazem da informalidade o seu aprendizado de vida.

Mas não são só eles se encontram nessa situação, a frustração toma conta também daqueles que depois de terminarem seus estudos “enfrentam a triste realidade de não conseguirem ganhar seu sustendo com sua formação”.

Sinistralidade rodoviária: Entre 2011 e 2017, mais de 10 mil pessoas perderam a vida e mais de 30 mil contraíram ferimentos graves e ligeiros

O Presidente da República, Filipe Nyusi, defende a necessidade de uma reflexão profunda sobre as causas dos acidentes de viação, bem como as medidas e estratégias a adoptar com vista à redução do índice de sinistralidade rodoviária no País.

Segundo dados estatísticos, entre 2011 e 2017, mais de 10 mil pessoas perderam a vida e mais de 30 mil contraíram ferimentos graves e ligeiros como consequência de acidentes de viação em todo o País, tendo 2014 sido o mais trágico, com um total de 20.040 mortes.

Para o Presidente da República, a sinistralidade rodoviária, incluindo as consequências sociais e económicas dela decorrentes, transformou-se num flagelo público, sendo, por isso, urgente a responsabilização dos seus causadores.

“O nível de sinistralidade que atingimos está a pôr em causa todos os esforços que estão a ser envidados para edificar esta nação”, disse Filipe Nyusi, para quem os escassos recursos de que o País dispõe devem ser investidos em áreas sociais e económicas, ao invés de suportar as despesas decorrentes dos acidentes de viação.

Neste sentido, acrescentou o Presidente da República, “é hora de adoptar a lógica de tolerância zero aos infractores que promovem situações que conduzem a acidentes de viação. Reflitamos, igualmente, na possibilidade de criminalização de algumas dessas infracções”.

Filipe Nyusi falava na quinta-feira, 30



de Novembro, na cidade de Maputo, na cerimónia de abertura do Simpósio Nacional sobre Segurança Rodoviária, que tinha como objectivo reflectir sobre as causas da sinistralidade rodoviária, incluindo medidas para a sua redução.

O simpósio acontece numa altura em que Moçambique apresenta o quarto maior índice de mortes por acidentes de viação a nível dos países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), com uma média de 32 óbitos em cada 100 mil veículos.

A condução sob o efeito do álcool, o excesso de velocidade, as manobras perigosas e a falta de uso do cinto de segurança são apontadas como algumas das principais causas da sinistralidade rodoviária, que ocorre com maior incidência na cidade e província de Mapu-

to, Sofala e Nampula.

Os jovens e adultos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e 45 anos, são os que mais se envolvem em acidentes de viação, que ocorrem, na sua maioria, entre as 15 e 21 horas, envolvendo viaturas pesadas e de transporte de passageiros.

Entretanto, ainda no sector dos transportes foi assinado na quinta-feira, 30 de Novembro, na cidade de Maputo, o acordo directo para o financiamento do Corredor de Nacala, que vai permitir que o consórcio Vale e Mitsui, concessionário do projecto, obtenha empréstimos no valor três mil milhões de meticais, dos quais 1.9 milhões se destinam a investimentos em Moçambique e os restantes 1.1 milhões no Malawi.

Carlos Mesquita, intervindo na cerimónia, explicou que com o financiamento “o Corredor Logístico de Nacala vai conhecer significativas melhorias, sendo nossa expectativa que atinja, efectivamente, a capacidade de 22 milhões de toneladas, das quais 18 milhões de toneladas destinam-se ao escoamento do carvão e os restantes 4 milhões de toneladas deverão ser alocados à carga diversa, destinada ao Porto Comercial de Nacala, dinamizando deste modo o desenvolvimento local e regional”.

Festival Standard Bank Acácia Jazz agita noite de Maputo

Foi com emoção e muita animação que decorreu, na noite da quinta-feira, 30 de Novembro, no Hotel Polana, em Maputo, a 1ª edição do Festival Standard Bank Acácia Jazz. O Standard Bank, mentor da iniciativa, fez um balanço positivo do evento, destacando a presença massiva do público.

No lançamento deste evento, Jimmy Dlodlu, Judith Sephuma, Oliver Mtukudzi e a Banda Kakana, os artistas que preencheram o alinhamento, prometeram trazer “dinamite” ao espectáculo. A promessa foi devidamente cumprida e, diga-se, com nota altamente artística.

As 800 pessoas que lotaram a tenda do Hotel Polana, para assistirem ao show, divertiram-se sobremaneira com os variados e diversificados sons dos artistas no palco.

O espectáculo arrancou com a declamação de um poema dedicado à cidade de Maputo, seguida pela performance da Banda Kakana que, com músicas dos seus dois álbuns, “Juntos” e “Serenata”, abriu a sala, preparando os presentes para o que ainda estava ainda por vir.

Sem deixar créditos em mãos alheias, Oliver Mtukudzi quis marcar em grande o seu regresso a Moçambique, país que ele considera como sua casa. Dançou, cantou e encantou o público, trazendo ao palco diversos temas que compõem o seu vasto repertório musical. Com o sensacional “Todi” levantou a sala por completo, levando os presentes ao delírio.

O ritmo suave voltou a tomar conta da sala com a entrada de Judith Sephuma. Sem querer agitar ainda mais aquela sala já aquecida, a cantora sul-africana explorou a sua excepcional voz para tocar na alma dos



presentes. Com faixas do seu álbum “A Cry, A Smile, A Dance”, lançado em Outubro de 2001, dispensou os coristas, que a acompanhavam no palco, para se deixar auxiliar, em cada estrofe das suas canções, pelo público, numa harmonia de vozes.

Por fim, Jimmy Dlodlu subiu ao palco para, mais uma vez, animar os moçambicanos com temas de vários álbuns, com destaque para o último, o “The Groove”, lançado em Setembro de 2016. Não faltou, como era de se esperar, o habitual “medley”, que partindo de músicas tradicionais moçambicanas, recreou as de Michael Jackson.

Jimmy Dlodlu brilhou, deu show e não permitiu que as pessoas se sentassem, até ao momento da sua despedida. Aliás, por diversas vezes abandonou o palco para, no meio da multidão, tornar o público como parte integrante da festa que foi esta 1ª edição do Festival Standard Bank Acácia Jazz.

Na hora do balanço, Chuma Nwokocho, administrador delegado do Standard Bank, entidade mentora do festival, mostrou-se visivelmente satisfeito, sobretudo com a aderência do público. “Estamos satisfeitos com o que vimos. Tivemos casa cheia e muita animação. O ambiente emocionante vivenciado neste memorável espectáculo fala por si”, manifestou.

Chuma Nwokocho explicou ainda que o Standard Bank decidiu organizar este festival como forma de manter o banco mais perto dos seus clientes, bem como para potenciar a cultura e o turismo nacionais.

“O Governo definiu a cultura e o turismo, como pilares estratégicos para o desenvolvimento económico, sendo que apostamos neste evento cultural também nesse sentido”, concluiu.

Também presente no evento, o presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, David Simango, descreveu, por sua vez, o festival como o marco mais alto das festividades dos 130 anos da cidade de Maputo, celebrados no passado dia 10 de Novembro.

“Esta festa foi feita por duas entidades centenárias no País, neste caso o Standard Bank, com 123 anos e a Cidade de Maputo com 130. Os nossos municípios merecem um festival com esta dimensão”, referiu David Simango.

Desporto

La Liga: Barcelona empata com o Celta de Vigo

O Barcelona empatou neste sábado (02) em casa por 2 a 2 contra o Celta de Vigo, permanecendo na liderança do Campeonato Espanhol, mas o segundo colocado, o Valencia, pode reduzir a vantagem, se vencer o Getafe, no próximo domingo.

Texto: Agências

O atacante do Celta de Vigo, Iago Aspas, silenciou o Camp Nou colocando a equipe visitante à frente, aos 20 minutos, ao pegar o ressalto de uma jogada que iniciou arrancando desde o meio-campo.

Lionel Messi respondeu rapidamente, definindo uma jogada coletiva, dois minutos depois, para marcar pela primeira vez em seis partidas, por todas as competições, chegando a dez golos pela liga espanhola, nesta temporada.

Messi ajudou a preparar o golo para Luis Suárez que parecia ser a virada, aos 17 minutos do segundo tempo, embora o Barça não tenha conseguido ganhar o jogo por causa de outro atacante uruguaio, Maxi Gómez. Gómez marcou, após outra jogada de Aspas, que aproveitou a lesão do defesa do Barcelona, Samuel Umtiti, que sentiu dores enquanto tentava parar o atacante espanhol.

O Barça continua liderando a tabela, com 36 pontos, mas o segundo colocado, o Valencia, pode reduzir a vantagem a dois pontos, se vencer o Getafe.

Liga Portuguesa: O FC Porto e Benfica empatam, Sporting iguala “dragões” no primeiro lugar

Terminou empatado sem golos o clássico entre FC Porto e Benfica no Estádio do Dragão, a contar para a 13ª jornada da Liga Portuguesa de futebol. Este resultado coloca o Sporting e os portistas a repartir a liderança isolada do campeonato, com os encarnados a três pontos.

Texto: Agências



O Benfica entrou melhor no jogo com dois lances perigosos, um deles que José Sá evitou o golo de Jardel. Foi só a partir dos 25 minutos, após o primeiro remate do FC Porto à baliza, por Danilo, é que a partida ficou equilibrada, começando então a sobressair Bruno Varela, que começou por se opor a um remate de Herrera.

Em cima do intervalo, os portistas reclamaram penálti por alegado braço na bola de Luisão, mas o árbitro Jorge Sousa, depois de consultar o VAR, mandou seguir.

No segundo tempo, o FC Porto foi sempre mais perigoso, valendo então Bruno Varela com algumas defesas difíceis a manter a baliza a zero. Aos 57 minutos voltou a polémica no Dragão quando Marega marcou depois de uma defesa do guarda-redes do Benfica. O árbitro já tinha apitado fora de jogo de Aboubakar, que, no entanto, no momento do remate não estava em fora-de-jogo.

A equipa de Sérgio Conceição continuou a carregar sobre a defesa do Benfica, Marega falhou duas grandes oportunidades, enquanto a melhor oportunidade dos encarnados surgiu já numa altura em que Zivkovic já tinha visto dois cartões amarelos (esteve seis minutos em campo), quando Krovinovic se isolou, mas José Sá fez uma excelente defesa.

Na cidade e província de Maputo: Açúcar e farinha de trigo são comercializados com baixos índices de fortificação

Os resultados preliminares do primeiro Observatório do Mercado, anunciados, quinta-feira, 7 de Dezembro, em Maputo, pela Associação para o Estudo e Defesa do Consumidor (ProConsumers) mostram que, em 760 estabelecimentos comerciais observados, dos quais 350 localizados na cidade de Maputo (14 mercados), 39,4 por cento dos produtos comercializados nestes estabelecimentos são fortificados, 41 por cento não fortificados e 19 por cento são produtos avulso.

Na província de Maputo, o estudo abrangeu 408 estabelecimentos comerciais (17 mercados), tendo sido constatado que 36,4 por cento dos produtos comercializados são fortificados, 47,5 não fortificados e 16,1 por cento avulso.

O exercício incidiu na observação da indicação de fortificação nas embalagens das farinhas de milho e trigo, sal, óleo e açúcar e tem por objectivo verificar a afluência de produtos fortificados no mercado, por forma a tirar ilações sobre os principais tipos de pontos de venda em que são comercializados, o nível da demanda, assim como possíveis constrangimentos.

Segundo consta, até à data da pesquisa, o açúcar e a farinha de trigo eram os produtos comercializados com baixos índices de fortificação em quase todos os mercados abrangidos pela pesquisa realizada pela ProConsumers, com o apoio da GAIN – Global Alliance for Improved Nutrition, com apoio financeiro da USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e a Fundação Bill and Melinda Gates.

O presidente da ProConsumers,



Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

salientando que a disponibilidade de produtos fortificados, de uma forma geral na província de Maputo, situa-se abaixo de 50 por cento.

Por sua vez, Kátia dos Santos Dias, directora da GAIN em Moçambique, considerou que a defesa do consumidor é um tema muito importante e relevante no País, sendo fundamental que haja cada vez mais grupos associativos que possam defender o consumidor, dotando-o de conhecimentos sobre os seus direitos.

“A desnutrição crónica é, até certo ponto, atribuída à segurança e higiene dos alimentos e o nosso trabalho com a ProConsumers é de procurar fortalecer as suas capacidades, para que possam olhar ao pormenor o que é comercializado no País e zelar pela saúde e segurança do consumidor”, concluiu Kátia dos Santos Dias.

Importa realçar que, na ocasião, foi ainda lançada a página de internet da ProConsumers, que aborda diversos temas de interesse do consumidor, no seu relacionamento com os produtores e fornecedores de bens, produtos e serviços.

Francisco Lichucha, explicou que o Observatório do Mercado se enquadra juridicamente no facto de o Estado moçambicano ter decidido, por lei, que a fortificação de alimentos deve ser obrigatória, para cinco produtos, nomeadamente as farinhas de trigo e de milho, o sal, o óleo e o açúcar.

Sobre os resultados do estudo, Francisco Lichucha disse ter sido constatado que, de modo geral, “à medida que nos retiramos do centro da cidade para a periferia, a disponibilidade de produtos não fortificados aumenta”.

“Na cidade de Maputo, temos mais de 50 por cento de produtos fortificados no Mercado Central, seguido do Mercado de Matendene e, em terceiro lugar, o Mercado do Povo”, indicou,

Gestão de informação do mercado de trabalho: MITESS vai lançar plataforma electrónica

O Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS) vai lançar, brevemente, uma plataforma electrónica para gestão de informação do mercado de trabalho, que vai permitir a articulação com as fontes-chave de informação relativa a esta área.

Este anúncio foi feito pela secretária-permanente do MITESS, Graça Mula, que adiantou que a plataforma será composta por uma base de dados e um portal interactivo que permitam ao usuário aceder, em tempo útil, à informação estruturante e relevante sobre o mercado de trabalho.

Segundo Graça Mula, os dados que estarão disponíveis na plataforma “disponibilização aos candidatos ao emprego, em particular os jovens e estudantes finalistas, melhor entendimento sobre a dinâmica do mercado do trabalho”.

A secretária-permanente falava na quarta-feira, 6 de Dezembro, na cidade de Maputo, durante a cerimónia de lançamento do Boletim Informativo do Mercado de Trabalho referente ao segundo trimestre de 2017, período durante o qual foram criados 129.638 empregos, sendo 124.387 no País, 3.405 e 1.846 nas



minas e farmas sul-africanas, respectivamente.

Igualmente, foram registados 1.277 beneficiários de estágios pré-profissionais, o que representa um aumento na ordem de 53,3% comparativamente a igual período do ano anterior, tendo sido abrangidas as áreas de engenharia civil, mecânica-auto, serviços, logística, electricidade, hotelaria e turismo, petróleo e agricultura.

No que diz respeito ao desemprego,

foram registados 9.941 desempregados nos Centros Públicos de Emprego, onde também foram comunicadas 9.077 ofertas de emprego e efectuadas 8.188 colocações.

O capítulo referente à promoção do auto-emprego do boletim refere que foram distribuídos 44 kits em três províncias do País, tendo sido abrangidos 243 beneficiários nas áreas de carpintaria, serralharia civil, electricidade e construção.

Neste período, de acordo com o boletim, beneficiaram de formação profissional 38.346 cidadãos, dos quais 7.062 formados nos centros de formação profissional públicos e 31.284 nos privados.

A nível da Segurança Social Obrigatória foram inscritos durante este período, que compreende os meses de Abril, Maio e Junho, 25.829 trabalhadores por conta de outrem e 2.723 por conta própria.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

Desporto

Rússia é banida dos Jogos Olímpicos de Inverno de Pyeongchang por doping

A Rússia foi banida da Olimpíada de Inverno de Pyeongchang em 2018, depois do surgimento de evidências de doping generalizado, mas alguns de seus atletas terão permissão para competir sob a bandeira de “atleta olímpico da Rússia”, informou o Comité Olímpico Internacional (COI) na terça-feira (05).

Texto: Agências

O COI também decidiu suspender o presidente do Comité Olímpico Russo (ROC), Alexander Zhukov, como membro do COI, uma vez que sua associação à entidade internacional está vinculada à sua posição como chefe do ROC, que foi suspenso dos Jogos.

Zhukov disse que os atletas russos vão recorrer à Corte Arbitral do Esporte contra a decisão do COI, segundo a agência de notícias R-Sport.

O vice-primeiro-ministro da Rússia, Vitaly Mutko, também foi banido de qualquer participação futura nos Jogos Olímpicos.

O COI disse em conferência de imprensa que o relatório de Schmid confirmou “a manipulação sistemática das regras e sistemas antidoping na Rússia”.

Samuel Schmid, autor do relatório, disse aos jornalistas: “Os resultados não se baseiam apenas no testemunho de Grigory Rodchenkov (denunciante). Existem provas científicas, documentos de declarações de testemunhas e correspondência.

“Os factos são que, na Rússia, houve manipulação sistémica de doping e do sistema antidoping... que também ocorreu em Sochi 2014 (Jogos Olímpicos de Inverno).”

A decisão do COI ocorre 18 meses após a entidade ter recusado uma proibição total para atletas russos na Rio 2016 e ter dito às federações desportivas internacionais que decidissem individualmente sobre a participação de russos no Brasil.

Embora os representantes de atletismo e levantamento de peso tenham sido banidos da Rio 2016, cerca de 70 por cento da equipe original de 387 atletas da Rússia participaram dos Jogos de 2016.

A decisão de terça-feira, no entanto, parece ter levado em conta os crescentes protestos de outros países, de grandes agências nacionais antidoping e de atletas que se sentiram roubados pelos seus oponentes russos por anos e exigiram uma suspensão total da Rússia.

Alexei Kravtsov, presidente da União Russa de Patinação, protestou: “A decisão do COI é ofensiva e insultante. É completamente injustificada. Considero que esta decisão irá dar um grande golpe a todo o movimento olímpico.”

Liga dos Campeões Europeus: Cristiano Ronaldo bate recorde; Coutinho faz “hat-trick”

Cristiano Ronaldo estabeleceu um novo recorde ao marcar golos em todos os jogos do grupo na Liga dos Campeões europeus, nesta quarta-feira (06), quando o Real Madrid venceu por 3 a 2 o Borussia Dortmund, que ficou com uma vaga na Liga Europa.

Texto: Agências

O Real já tinha garantido um lugar nos oitavos de final como segundo colocado do grupo H, atrás do Tottenham Hotspur, mas o treinador Zinedine Zidane ainda escalou uma equipa forte para o jogo, poupando apenas Marcelo, Karim Benzema, Toni Kroos e Luka Modric.

Philippe Coutinho também se destacou na jornada ao marcar três vezes na goleada do Liverpool sobre o Spartak Moscou por 7 a 0, garantindo vaga na fase seguinte como líder do Grupo E.

Em Roterdão, o Feyenoord terminou as poucas esperanças do Napoli de alcançar a fase eliminatória na Liga dos Campeões ao vencer por 2 a 1.

Mais chuvas para Cabo Delgado, Nampula e Niassa até Fevereiro

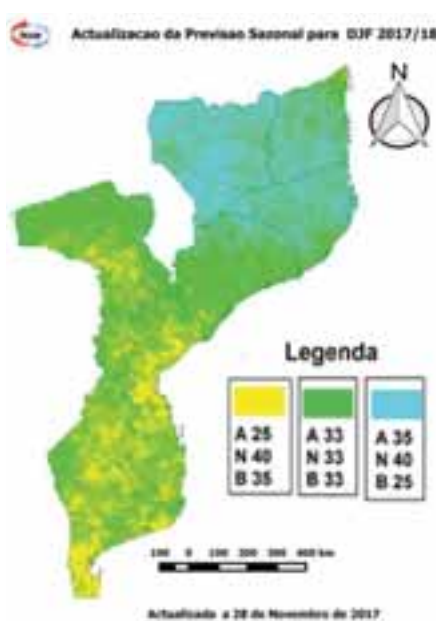
A actualização da previsão climática sazonal para o período Dezembro-Janeiro-Fevereiro prevê mais chuvas nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Niassa e extremo norte da província da Zambézia e menos precipitação nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, e sul da província de Tete.

Baseado em dados actualizados no início de Outubro o Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) reviu a sua previsão inicial até ao fim da época chuvosa 2017/2018.

Continua a haver previsão de chuvas em todo país porém as previsões iniciais de Agosto, que indicavam “chuvas normais com tendência para acima do normal para as províncias de Tete e Zambézia, grande parte das províncias de Sofala e Manica e Norte das províncias de Gaza e Inhambane” foram revistas.

Há “uma maior probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Niassa e extremo norte da província da Zambézia”, indica um documento de Monitoria da época chuvosa e actualização da Previsão Climática Sazonal elaborado pelo INAM.

O documento recebido pelo @Ver-



dade revê ainda as chuvas normais - que estavam inicialmente previstas para as províncias de Niassa e Nampula, grande parte das províncias de Cabo Delgado, Gaza e Inhambane, faixa costeira de Sofala e sul de Ma-

nica-, apenas para as províncias de Zambézia, Tete e faixa costeira a Sul de Nampula.

No entanto o INAM mantém a “maior probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para abaixo do normal para a província de Maputo, Gaza, Inhambane” e acrescenta nesta previsão as províncias de Sofala e sul da província de Tete.

Entretanto a Monitoria da época chuvosa registou, entre os meses de Outubro e Novembro, chuvas “acima do normal climatológico, sobretudo nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Niassa, Zambézia, grande extensão da província de Tete, e partes isoladas das províncias de Manica, Sofala enquanto que a zona sul, particularmente a província de Maputo e alguns distritos das províncias de Gaza e Inhambane registaram chuvas abaixo do normal climatológico”, indica o documento que estamos a citar.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: INAM

Mundo

Justiça espanhola mantém independentistas em prisão preventiva

O Supremo Tribunal espanhol decidiu na segunda-feira (04) manter em prisão preventiva o antigo vice-presidente do Governo da Catalunha, Oriol Junqueras. A notícia é avançada pela imprensa espanhola que confirma ainda a prisão preventiva - sem possibilidade de pagamento de fiança - de Joaquim Forn.

Texto: Agências

Também os dirigentes das duas maiores associações soberanistas da Catalunha, Jordi Sànchez e Jordi Cuixar, ficam detidos.

Aos restantes seis antigos ministros (Raul Romeva, Carles Mundó, Dolors Bassa, Meritxell Borràs, Josep Rull e Jordi Turull) foi aplicada uma fiança de cem mil euros, diz o jornal espanhol El País. Os seis ex-ministros terão de se apresentar semanalmente no Tribunal Superior de Justiça da Catalunha ou outro tribunal de comarca à sua escolha e estão proibidos de abandonar o país (têm de entregar os seus passaportes).

Os líderes independentistas estão a ser investigados por delitos de rebelião, secessão e peculato.

A decisão do juiz condiciona a campanha eleitoral para as eleições autonómicas de 21 de Dezembro na Catalunha que arranca esta terça-feira. A consulta popular marcada para 21 de Dezembro foi convocada pelo chefe do Governo espanhol, Mariano Rajoy. Oriol Junqueras, número um da lista da Esquerda Republicana da Catalunha (ERC) não poderá participar na campanha.

O ex-presidente do governo catalão, Carles Puigdemont, e quatro outros dos seus ex-ministros que estão na Bélgica serão ouvidos no dia 14 de Dezembro em Bruxelas por um juiz que terá de decidir sobre o pedido de extradição pedido por Espanha.

Segundo uma sondagem publicada esta segunda-feira no jornal catalão La Vanguardia, o bloco independentista está a um lugar da maioria absoluta nas eleições de 21 de Dezembro.

O inquérito realizado pelo CIS diz que a ERC deverá obter 23 lugares do parlamento catalão, a lista de Puigdemont, Junts per Catalunya, 25 ou 26 e a CUP nove. No total, conseguiriam 67 deputados, a um da maioria absoluta.

Mas o dado mais surpreendente é a confirmação da grande subida do Cidadãos (direita), que segundo esta sondagem conseguiria 31 lugares na Catalunha. Os socialistas registam uma subida, dos 16 actuais para 21 e o PP de Xavier García Albiol perde terreno elegendo 11 deputados.

Com 960.000 afetados, inundações deixam pelo menos 15 mortos na Tailândia

Pelo menos 15 pessoas morreram e outras 960.000 foram afetadas pelas inundações que castigam dez províncias do sul da Tailândia desde a semana passada, informou na terça-feira (05) o Departamento de Prevenção e Mitigação de Desastres.

Texto: Agências

As 15 vítimas morreram em enchentes e outros acidentes causados pelas enchentes, afirmou um comunicado oficial assinado pelo diretor do departamento, Chaiyapon Thitisak.

As províncias afectadas são Krabi, Nakhon Si Thammarat, Narathiwat, Phattalung, Pattani, Satun, Songkhla, Surata Thani, Trang e Yala.

Uma das áreas onde a situação é mais grave se situa junto ao lago Songkhla, na província homónima, nos distritos de Krasae Sin, Ranot, Sathing Phra e Singha Nakhon.

Outra área crítica se encontra no distrito de Muang, na província Trang, onde o rio Trang tem registrado enchentes. Equipes de bombeiros, policiais, soldados, agentes sanitários e voluntários trabalham em operações de busca e resgate, para habilitar centros de amparada, distribuir alimentos e roupa e para proporcionar serviços sanitários, de água potável e electricidade.

Os meteorologistas prevêem que as precipitações diminuam amanhã, quando devem reabrir parte dos colégios que suspenderam as aulas na semana passada. As inundações são frequentes na Tailândia, onde se registam abundantes precipitações por conta das monções que afectam a parte meridional do país entre Setembro e Dezembro e a parte central e setentrional entre Junho e Outubro.

Estudantes da ECA interagem com com Jimmy Dlodlu, Judith Sephuma e Oliver Mtukudzi

No âmbito da primeira edição do Festival Standard Bank Acácia Jazz, o banco promoveu diversas actividades culturais, com destaque para a interação entre os músicos do festival e estudantes universitários, bem como a exposição artística no local do espectáculo.

Texto e Foto: www.fimdesemana.co.mz

O Standard Bank promoveu um workshop interactivo entre os artistas de cartaz do espectáculo e os estudantes da Escola de Comunicação e Artes (ECA), uma unidade orgânica da Universidade Eduardo Mondlane.

Neste evento, os estudantes interagiram abertamente com Jimmy Dlodlu, Judith Sephuma e Oliver Mtukudzi, tendo-se abordado a carreira destes artistas e os segredos para um músico tornar-se bem sucedido nesta área cultural.

Comentando a respeito desta iniciativa, o director da ECA, João Miguel, avançou que se tratou de um grande e importante momento de interação entre os músicos e os estudantes, no qual para além de terem colhido experiências, os discentes perceberam que, para terem sucesso na vida artística, precisam de trabalhar e estudar bastante.

Fazendo o balanço do workshop, o director da ECA referiu que o mesmo foi bastante positivo, aproveitando a ocasião para agradecer ao Standard Bank “por esta oportunidade que nos deu de interagir com músicos de gabarito internacional, como são os casos de Jimmy Dlodlu, Judith Sephuma e Oliver Mtukudzi.

Comentando igualmente sobre esta iniciativa, Jimmy Dlodlu também agradeceu ao Standard Bank e à ECA “por nos terem dado esta oportunidade de interagir com os estudantes”.



Todavia destacou a actuação, ainda no workshop, da Banda Kanyisa Queens, composta por mulheres estudantes da ECA, que na ocasião interpretou músicas de Oliver Mtukudzi e de Judith Sephuma.

“Elas trabalharam bastante para a apresentação que fizeram, o que reforça a minha ideia de que é sempre importante apoiar a nova geração na área da cultura, porque são os futuros embaixadores desta área”, manifestou.

“Se nós começarmos desde o ensino básico a dar educação musical, para depois fortificar no ensino superior, o nosso País estará em boa posição em termos de promoção do turismo e da cultura moçambicana a nível mundial”, finalizou Jimmy Dlodlu.

Numa outra sub-vertente do festival, o Standard Bank apoiou a exposição do artista plástico Bernardo Carrula, conhecido por Tomo, evento que decorreu na parte externa do local do espectáculo. Como resultado, o vencedor do 1º e do 2º prémio Bienal da TDM, em 1999 e 2001, bem como do 2º prémio anual da MUSART em 2011, vendeu, durante o festival, um total de seis obras da sua autoria.

Ainda no quadro do apoio às manifestações culturais, o Standard Bank deu oportunidade à poetisa Arira Abacar Mussa para declamar um poema dedicado à cidade de Maputo, acto que antecedeu a actuação da Banda Kakana na 1ª edição do Festival Standard Bank Acácia Jazz.



Boqueirão da Verdade

“Não podemos continuar a assistir de forma impávida e serena a esta calamidade pública. Mais do que palavras, urge responsabilizar todos os que são causadores desta desgraça. Só com um compromisso individual e colectivo responsável podemos inverter a tendência assustadora acima descrita”, **Filipe Nyusi**

“A governação exercida dentro de um quadro de pluralidade política, económica, social e cultural afigura-se como a melhor maneira de assegurar a convivência entre os moçambicanos nas suas múltiplas diferenças. Todas as decisões, incluindo a alteração do regime democrático, sejam tomadas só e somente através das regras democráticas estabelecidas e acordadas por todos. Da minha experiência pessoal, guardo muito respeito e grande admiração por aqueles líderes com qualidades inatas. Porém, estou convicto de que hoje existem vários motivos que tornam necessária uma formação que eduque o cidadão sobre os valores da liderança e boa governação, para reforçar as suas qualidades inatas”, **Joaquim Chissano**

“Apresentámos seis razões a favor do multipartidarismo e seis contra este sistema. Apresentámos outras seis razões a favor do monopartidarismo e seis contra. Os debates foram acesos e no fim tivemos 15% de pessoas a preferirem o multipartidarismo e 85% a favor do monopartidarismo. Alguns até podiam pensar que o debate foi viciado, mas não foi. Acho que as pessoas ainda não tinham percebido o que é isso de governação democrática. Foi preciso assumir o papel de liderança e anteci-

par-se aos desafios. Tive que convencer as pessoas de que nem sempre a maioria tem razão. A maioria expressou-se, mas não tinha aquela visão da minoria. E disse que nós não somos uma ilha e não era fácil viver como ilha”, **idem**

“Vamos ao Congresso com muita força, com a presença máxima dos deputados da Assembleia da República. Um deputado da bancada da Frelimo, o senhor Vasco Moreira, apareceu a dizer que o MDM não devia realizar o seu II Congresso na cidade de Nampula porque vai ser um Congresso manchado, não aceite pela população de Nampula e também proferiu algumas ameaças que julgamos serem de grande importância que a Procuradoria-Geral da República esteja atenta, incluindo as autoridades policiais. Queremos reafirmar aqui que o II Congresso do MDM foi convocado no ano passado”, **Lutero Simango**

“Nós sabemos, de acordo com a história que Lázaro Kavan-dane e Joana Simião foram eliminados fisicamente pelo partido no poder. Portanto, o interesse na eliminação do companheiro Amurane, é obviamente do interesse do partido no poder para que não surja na região Norte uma figura incontestável”, **idem**

“Na família, célula base da sociedade, há filhos que se rebelam abertamente contra os pais e outros superiores. Filhos que rejeitam os valores paternais. Na escola, onde se busca o conhecimento científico, há alunos que se insurgem ou seja que se revoltam obstinada e persistentemente contra os professores e/ou a direcção. Na empresa, onde

prestamos serviços, há companheiros que se sublevam deliberadamente contra uma norma provinda da entidade patronal ou de outros superiores”, **Salomão Muiambo**

“São variadíssimas as causas da rebeldia. O ambiente satânico do mundo pode ser uma das causas. Se um pai/mãe por exemplo, é alcoólatra, viciado em drogas; se é violento com o cônjuge, tudo o resto fica distorcido. Os valores conjugais e/ou parentais se diluem e nasce aí a rebeldia. Aliás, o mesmo acontece na escola e na empresa quando os gestores se tornam humanos verdadeiramente imperfeitos, impiedosos. Enfim, tantos outros elementos podem ser chamados para dar substância a definição de rebelde. Estes me bastam”, **idem**

“Lembrei-me que há alguns anos, na altura, eu docente, um estudante, inteligente acima da média, perdeu o ano por prática de actos infames, conducentes à rebeldia. Em plena avaliação final do ano, o estudante em causa desafiou terminantemente, tal era a sua característica, a uma norma escolar, atinente à preservação do silêncio e decoro no interior da sala onde decorria a prova. Ora, em breves minutos o aluno respondeu as questões que lhe eram colocadas na avaliação, galgou carteiras para alcançar a secretária do professor e entregar a sua avaliação, cantou, assobiou, dançou distraindo a maioria dos estudantes, concentrados no teste. E por fim, pulou pela janela, pondo-se de seguida ao fresco. Não era a primeira vez que o estudante cometia tamanho desacato, não tendo havido outra média senão reprová-lo por indisci-

plina e rebeldia”, **ibidem**

“Agostinho Vuma, presidente da Confederação das Associações Económicas – CTA, “vumou” há dias para quem o quisesse ouvir e para quem não o queria ouvir. Em xits-wa, minha língua materna, ku vuma quer dizer mais ou menos fazer ouvir algo, neste caso uma mensagem. O Presidente da CTA fez então, ouvir uma mensagem estridente, apelando ao governo a não pagar este ano o 13º salário e que congelasse as progressões dos funcionários, como forma de fazer face à crise económica que o país enfrenta. Como era de esperar, de diversos quadrantes fizeram-se ouvir outras muitas vozes, esses de raiva, de revolta e de estupefacção”, **Marcelino Silva**

“As razões para essa multiplicidade de sentimentos manifestados nos jornais, nas televisões, nas rádios, nas redes sociais, nos cafés, nos mercados e em tudo quanto é espaço onde o cidadão – especialmente o trabalhador do Aparelho do Estado, podem ser “condensados” no binómio salários baixos versus carestia de vida. Pois, como é do domínio público os salários pagos na administração pública são dos mais baixos que podem ser encontrados no mercado de emprego moçambicano. O 13º salário, que é uma espécie de gratificação ou subsídio, é uma gratificação instituída pelos governos e por empresas ou outras instituições em alguns países e é pago aos trabalhadores em geral e aos funcionários do Estado em particular. O seu valor, embora variável, é geralmente igual ou próximo ao de um salário mensal. O seu pagamento pode ser feito em uma


ou mais prestações, de acordo com a legislação laboral de cada país. No caso moçambicano o 13º como é vulgarmente conhecido, aparece como uma almofada, na verdade uma almofadinha para as famílias custearem as despesas com as matrículas, uniformes escolares, entre outras”, **idem**

“O congelamento desta gratificação – que já é tida como um direito adquirido e portanto inalienável, representaria, como é bom de ver, um duro golpe nas expectativas dos funcionários públicos, de verem parte das suas dificuldades minimizadas. Portanto, para o cidadão trabalhador da função pública, o fim do ano não é apenas o momento de assinalar o facto com uma ou outra festinha, é também o momento em que o seu patrão, o Estado, o gratifica com mais um salariozinho, ajudando-o assim a minimizar as suas muitas dificuldades sociais e económicas. O cidadão trabalhador da função pública não entende por isso, que o principal responsável da associação económica mais importante do país, cidadão nacional com raízes nacionais, portanto conhecedor da realidade dos seus concidadãos, não entende, dizia, que venha a público “aconselhar” o governo a não disponibilizar uma ajudinha tão preciosa como é o 13º. Para muitos desses cidadãos, a posição da CTA revela uma insensibilidade difícil de entender. Mais grave ainda quando se sabe que o cidadão moçambicano vem aumentando os furos dos seus cintos em sentido decrescente, desde há mais de 2 anos. O mesmo é dizer (lembrar) que o cidadão compra nos últimos tempos, cada vez menos produtos com o seu rendimento mensal”, **ibidem**

 **goste de nós no**
facebook.com/JornalVerdade


Jornal @Verdade


Pesquisadores anunciaram o lançamento de dois grandes estudos na África nesta quinta-feira para testar uma nova vacina anti-HIV e um remédio injetável de acção prolongada, alimentando as esperanças de formas de protecção melhores contra o vírus que causa a Sida.
<http://www.verdade.co.mz/saude-e-bem-estar/64202>


 **Berito Cleal Mussepa**
Voces é melhor tirar essa vossa doença pra longe da africa pensam que nós nao sabemos que inventaram essa doença pra matar negros


africanos o satanista que inventou essa doença confirma isso o nome dele é robert gallo. O gallo diz que nós inventamos o sida pra diminuir a populacao mundial sobretudo da africa


porque eles sao vermes estao a consumir recursos duma maneira exagerada pra isso com a doenca de sida vamos deminuir eles. · 1/12 às 12:09

 **Ginoca Ramos** Até pode ter sido criada, mas infelizmente é que ela existe em todo o mundo incluindo África. Olhe para a Suazilândia que é um país tão pequeno e que tem um número tão elevado de infectados, infelizmente é a realidade nua e crua. Por isso tudo o que aparece para a combater é sempre bem vinda. · 1/12 às 13:09

 **Castigo Massingue**
ESTAMOS CANSADOS QUE DOENCA ESSA DE SIDA SERA QUE A TAL ODISSEA QUE DIZIMA MILHARES DE PESSOAS NAO TEM OUVIDO.... · 1/12 às 17:21


 **Lirio Matsinhe** Sempre bezness a frente · 1/12 às 19:11


 **Ginoca Ramos** Boa notícia, tudo que seja para combater esta terrível doença, é sempre bem vinda. · 1/12 às 13:04

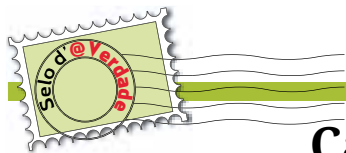
 **Stephanie Bety** Boa notícia · 1/12 às 18:45

 **Celso Mussulmade**
Daniel Pinto Alei Lamo · 1/12 às 17:22

 **Daniel Pinto Alei Lamo**
Bolada · Ontem às 4:48

 **Jorge Ferreira** As experiências, são sempre em África ... para estes energúmenos, os Africanos são os causadores de todas as doenças... · 1/12 às 13:23

 **Gil Lino Lino** estamos apassar tudo isso so por sermos africanos. prfr nos deixe viver mesmo sendo pobres. · Ontem às 8:58



Carta aberta ao Presidente da República e ao ministro da Economia e Finanças

Digníssimos Chefe do Estado e titular da pasta financeira do país, esta pode ser a última carta que vos dirigimos para este ano de 2017 prestes a findar, ano em que para nós, docentes, técnicos, funcionários e certo grupo de estudantes da maior e mais antiga instituição do ensino superior em Moçambique, vos dirigimos, mais uma vez, com lágrimas sangrentas.

Tínhamos decidido nos calar e ficar de longe a observar mas o aperto do cinto está a ficar mais apertado ainda. Em suma “isto já é demais”.

Acreditamos, sem sobras de dúvidas que vossas excelências tomaram conhecimento dos péssimos episódios que a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) passou durante o ano, com maior destaque para a greve protagonizada pelos Funcionários, reivindicando o pagamento do seu bónus de efectividades, o qual vinha recebendo já há mais de 22 anos e, por sinal, o único que era dado aos pobres funcionário que fazem a UEM crescer mais e mais.

Tomaram conhecimento ainda da greve que estava a ser preparada pelos estudantes bolseiros devido à péssimas condições de higiene e alimentares vividas nas suas residências (o reitor simulou uma visita para acalmar a situação e até então, nada se fez), a interrupção de água e corrente eléctrica em todo o campus (por causas de dívidas sem explicação) e a colocação de directores das faculdades por relações de amizades e familiares depois de os mesmos perderem nas eleições, com

maior destaque na Faculdade de Economia, entre outros assuntos de mau agrado.

Senhor presidente, nós não estamos contra o uso do poder dos homens que os colocou para dirigir os destinos do país não, mas sim a nossa maior preocupação é como eles dirigem os mesmos, porque há tanta disparidade e arrogância na solução dos problemas dos que mais necessitam.

Para falar a verdade, quem manda na UEM, não é o magnífico reitor, pelo que sabemos e vivemos principalmente na ala de docentes, é o doutor Manuel Cabinda (membro sénior da Frelimo, segundo ele) que por sua vez, é o assessor do reitor. este senhor mexe com todos cantos da UEM, tal que até hoje, o porta-voz da CTA ainda se encontra fora (suspensão) do serviço e sem os seus ordenados (salários desde agosto até o presente mês) pelo simples facto de ter lhe chamado de senhor e não de professor doutor, além disso, todas as tentativas de progressões de docentes, são por ele arquivados sem que tenham chegado as vistas do reitor. sinceramente digníssimo patrão do povo, papá da nação, pense em nós e salve as futuras gerações académicas que aqui serão formadas.

Senhor ministro da Economia e Finanças, o que nos leva a lhe dirigirmos parte desta carta é a maior indignação que estamos a viver aqui na UEM, e pelo que nos dizem segundo a carta em anexo(circular nuº5/dfin/2017, de 24 de novembro, tudo é do conhecimento do vossa excelência.

Desde dia 23 de Novembro corrente, estão a ser pagos os directores, directores adjuntos, chefes de departamentos e suas respectivas secretárias, valores que variam de 70.000.00 (setenta mil meticais) à 400.000.00 (quatrocentos mil meticais), referentes ao pagamento de combustível, viatura e telefone celular referentes aos meses de Outubro de 2016 a Novembro deste ano, com efeitos retroativos. Quantos directores são? Quantas secretárias? Quantos chefes de departamentos assim como adjuntos?

Muita gente em causa e para agravar, os beneficiários dos tais valores, são surpresos ao ver essas somas nas suas contas tal que chegam a ligar à direção de finanças para confirmação das proveniências por medo, depois da experiência vivida no de caso do fundo do desenvolvimento agrário.

Senhor ministro, pedimos a devida explicação caso o senhor reconhece o seu papel no estado moçambicano por que para nós, não faz sentido, não conseguir pagar o “bónus de efectividade” que só sai uma vez por ano à aqueles que fazem o seu esforço, dedicando as suas vidas dia pós dia para ver uma UEM brilhante e mais atraente no mundo fora, cuidando dos espaços, inalando produtos químicos entre outros incansavelmente. O que é que está a falhar senhor ministro? Há ou não há dinheiro para pagar o funcionário? Se não há, de onde vem este para dar os que ganham mais e com efeitos retroativos?

Pelos vistos senhor ministro, há uma rede de interesseiros financeiros dentro desta instituição porque, no que tudo indica, decidiram privatizar tudo para guiar seus interesses.

Neste momento, estão a decorrer as inscrições para exames de admissão 2018 e era normal contratarem docentes para trabalharem nas validações conforme já haviam nos entregue a circular para manifestarmos nosso interesse em participar mas, há que chegou a mudar tudo e ser tudo online só para gerirem o valor internamente. Faz sentido mesmo? Há dinheiro que está ser esbanjado sem explicação..... a casa dos hóspedes reitoral, é paga mensalmente e lá não vive ninguém, são bons milhares de meticais, o reitor continua na baixa, edifício do ministério do comércio a se pagar milhares e milhares de meticais enquanto temos o nosso edifício de reitoria aqui no campus.

Sem mais digníssimos senhores Presidente da República e ministro da Economia e Finanças, vimos pedir esclarecimento destes assuntos aqui mencionados e igualdades de direitos na bonificação porque docentes e CTA, se não sabem, só juntos em que fazem a universidade funcionar. Devolvam ao CTA o seu pobre e único bónus de efectividades por favor porque o descontentamento é muito notório na CTA.

Festas felizes e boa continuação de luta no combate à corrupção, papá Nyusi.

Por membros da UEM

Pergunta à Tina...

Gostaria de saber uma coisa. Eu tenho 21 anos e perdi a minha virgindade há poucos meses. Em Junho, tive seis relações sexuais. Não tenho uma vida sexual activa. Depois de um mês sem fazer sexo, ontem eu fiz, e deu trabalho para meu parceiro colocar seu pénis na minha vagina. Logo após a relação, saiu um líquido transparente da minha vagina, fiquei assustada e pensei, meu Deus será que é dele ou meu? mas nós fizemos com camisinha, ele disse que não costuma fazer com camisinha. Mas eu não aceitei fazer sem, eu sempre me cuido.

Mas será que pode ser porque eu estou para menstruar? Pois os meus seios estão doloridos faz alguns dias e estou com uma vontade de fazer sexo. Fiquei na dúvida. Pois eu nunca vi esse líquido saindo depois de uma relação. Eu nunca tomei nenhum remédio. Dessas seis vezes, só usámos a camisinha mesmo. Michele

Querida Michele, esse líquido deve ser teu, pois o esperma dele certamente ficou contido na camisinha, a não ser que tenha estourado. Sabes que, durante a relação sexual é normal uma mulher ficar “molhada”, pois produz um líquido que lubrifica a vagina. Normalmente, a quantidade deste líquido é tanto maior quanto maior for a excitação sexual. E até acontece que algumas mulheres, quando têm um orgasmo, podem expelir um líquido geralmente incolor, idêntico a urina, em quantidades variáveis, desde o equivalente a uma colher de chá, até uma chávena. Alguns até chamam a isto uma ejaculação feminina. Portanto, trata-se de uma situação normal, que não precisa de tratamento e não há razão para estares preocupada.

Entretanto, fazes muito bem em te cuidares, e deves continuar a usar sempre a camisinha. Quando usada correctamente, a camisinha oferece dupla protecção, contra as Infecções de Transmissão Sexual (ITSs), incluindo o HIV, e também contra a gravidez.

Bom dia, Tina. Vivo maritalmente há 11 anos com minha esposa. Estou preocupado com o que está acontecendo, é que sempre quando pretendemos manter relações sexuais, primeiro ela deve chupar, isto é, ela não pode fazer sexo sem primeiro chupar. Será que isto é normal? Isto não irá lhe causar problemas de saúde? O que devo fazer para evitar esta situação?

Bom dia, estimado leitor. Quando se trata de sexo, tudo é normal desde que a pessoa goste e sinta prazer. Podes ficar descansado, pois não há problema nenhum para a saúde da tua esposa. Evitar esta situação? Não sei porque? Se a tua esposa gosta e lhe dá prazer, para quê evitar?



goste de nós no
[facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

Pergunta a Tina: Sou João e tenho 26 anos de idade, casado e pai de uma filha, a minha esposa sofre de aquecimento vaginal já há bastante tempo, já fomos fazer análises, teste de HIV e sempre deu negativo, mas as dores acompanhadas por corrimento nunca passam, alias para além disso, depois de envolvimento sexual eu tenho tido borbulhas tipo queimadura no pénis, já fiz de tudo, mas não estou a encontrar solução. Me ajude por favor.

<http://www.verdade.co.mz/pergunte-a-tina/64194>



Pm Bero se os homens se preocupassem mesmo com saúde geral das esposas, parceiras, amantes teríamos sociedade saudável, o homem realmente se preocupa quando as partes íntimas da mulher é que esta afetada. · 3/12 às 10:47



Berito Cleal Mussepa A tua mulher tem ogiva nuclear na vagina dela é melhor chamar os americanos pra vir desarmar senao o teu penis vai explodir. · 3/12 às 10:44



Essau De Solger Frengue Helica Jackelin · 3/12 às 11:22



José Amor Mudjadju Tovele Vanio Filipe, Genaldino Alcapone Madede · 3/12 às 11:54



Genaldino Alcapone Madede Eix. · 3/12 às 12:05



Laercio Eder Kamal Gugu Esse só pode ser louco · 3/12 às 17:26



Aida Velozio O que é isso? · 20 h



Avelino Artur Dos Santos Meu caro José não e questão de preservativo leve a mulher ginecologista · 3/12 às 14:38



Francisco Gomes <https://www.google.pt/search?q=herpes%20genital&oq=herpe...> · 3/12 às 17:45



Louis Armstrong Lissane Pode ser candidiase vaginal · 3/12 às 14:35



Frederico Steytler Herpes · 3/12 às 12:09



Virginia Domingos Bongesse Lave-se com folha de goiabeira n vagina. · 7 h



Marisa Távira Aquecimento vaginal??? Pode explicar o que e isso??? · 3/12 às 10:25




Tania Bela Hiv · 20 h



Elisabeth Semente Procurem um ginecologista · 3/12 às 13:58



José Amor Mudjadju Tovele Usa preservativo. · 3/12 às 11:55




goste de nós no
facebook.com/JornalVerdade

Jornal @Verdade

Do Zumbo ao Índico e do Rovuma ao Maputo, Moçambique é um país de assimetrias que beneficiam em grande medida os habitantes da cidade capital. Bafejada com mais e melhor Educação, Saúde, infra-estruturas... e até os melhores preços de combustíveis Maputo tem. O litro de gasolina que agora aumentou para 62,72 meticais custa no distrito de Mecula 72,89 meticais. O gasóleo que na metrópole custa 56,43 atinge os 65,66 meticais no distrito de Milange.

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/64226>



Narcisio Moises Antes de julgar o governo, leiam. Aqui em molocue como dizem, eles decidem o preço. Eles são gasoleiras privadas. Cada ponto do país, tem um pessoal das actividades económicas, mas devem ser funcionais com punho. Na Europa não há loja de pobre nê rico, o preço dos produtos e uniforme. Então pk nos não conseguimos? Vão m dizer que eles se prepararam. Ai

em Maputo, será que o preço de arroz e uniforme. Sempre que venho de férias, minha família percorre toda cidade a busca de loja barato. Isso mostra que somos pobres sem base de sustentabilidade nas nossas necessidades diárias. Vocês f. da p. que só apontam dedos, sei muito bem que vossos familiares são do governo sem espírito de patriotismo. Parem de criticar enquanto vossos familiares trazem saque tas de

subornos no fim do dia.
Congomwakos · 2 h

Aguiar Mariano É gritante a maneira como é ignorado o resto do país priorizando apenas Maputo e Matola. Lamentam a circulação de My love, tem províncias onde não tem. · 10 h

Gil Lino Lino no meu país sobe tudo e menos nada. estou com medo k o ar k respiramos nao suba tambm. mas nem com isso nunca vou me arreppnder por ser moçambicano, mas sim me arrependo por dirigentes k tenho. · 2 h

Albino Muchanga Artigo patetico e com muito populismo. A razão foi armazenada na lixeira. Triste jornalismo. · 18 h

Egídio Axel Varela Não vale descredibilizar o artigo sem trazer factos que Desmintam o mesmo · 18 h

Hipoldo Afonso Gove Eu desafiava o Governo a controlar essa situacao, pode ser por via de subsidio as gasoleiras que transportam o liquido as perferias. Ai todo Mocambicano pagava o mesmo preco do produto! · 17 h

Victor Rego Verdad; o governo adoptou esse sistema cmo forma d estancar manifestações na capital e ate perda d poder/ repretatividade nas autarquias da capital. · 19 h

A Carlos Garcia Cansei de criticar esse Governo agora, vou assistir até que a rebelião arranque e eu alinhe! · 18 h

Annlawi Annlawi Jr Kkkkkk · 11 h

Güstävö Limäs da FG Por isso que calor está subindo cada vez mais · 19 h

Annlawi Annlawi Jr Ai no maputo, razoes: muita injustica e pecado... 40 graus, nem tete e assim... isshhhh · 11 h

Adolfo Elias então se não reclamam e porque esta bom.... · 17 h

Tito Victor Antonio Wilson Qual é a diferença do voto de um cidadão de maputo e mecula? · 18 h

Domingos Antonio Jamal Kkkkk a pontuação é a mesma. · 18 h

Juliao Muchanga Gostei desta pergunta! · 1 h

José Viriato Magona Ilidio Moises Paulo Chissico Moz é Maputo mesmo. · 13 h

A Carlos Garcia Dividir o país não querem.... · 18 h

Fusão da TDM/mcel: Manuela Rebelo exorta nova empresa a reocupar o seu espaço no mercado das telecomunicações

A vice-ministra dos Transportes e Comunicações, Manuela Rebelo, diz que o processo de fusão das empresas mcel-Moçambique Celular e Telecomunicações de Moçambique (TDM), ora em curso, deve dar origem a uma companhia virada para o futuro e para fazer face aos desafios das modernas tecnologias de comunicação.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Para alcançar este objectivo, a nova empresa deve, segundo a vice-ministra, apostar na melhoria da qualidade dos seus serviços e na convergência tecnológica e expansão e consolidação da sua presença no território nacional.

Manuela Rebelo falava, recentemente, no programa de celebração dos 20 anos de existência da mcel, a primeira operadora de telefonia móvel no País, criada pelo Governo moçambicano em Novembro de 1997.

No seu discurso de ocasião, a vice-ministra dos Transportes e Comunicações defendeu a necessidade de a empresa se reposicionar para ocupar o seu espaço no mercado das telecomunicações.

Entretanto, e no que diz respeito à fusão da mcel com a TDM, Manuela Rebelo referiu que “o processo está a decorrer de forma harmoniosa, estando salvaguardados todos os interesses das partes envolvidas, nomeadamente trabalhadores, clientes e parceiros”.

Por seu turno, o presidente do Conselho de Administração da TDM-mcel, Rafique Jusob, afirmou que os 20 anos da empresa foram marcados por grandes desafios, muitos dos quais ligados à



entrada de novos operadores no mercado.

“Os desafios obrigaram-nos a redobrar à atenção para com os serviços prestados aos nossos clientes, de modo a mantê-los leais”, disse Mohamed Rafique Jusob, que garantiu que a mcel vai continuar a centrar as suas atenções nos clientes, oferecendo produtos e serviços de qualidade.

“Reafirmamos o nosso compromisso diante da sociedade em continuarmos a contribuir para o desenvolvimento sustentável do País”, acrescentou Mohamed Rafique Jusob, referindo-se às acções desenvolvidas pela mcel, no âmbito da responsabilidade social corporativa, que abrange diversas áreas, tais como educação, saúde, desporto, cultura, ambiente, entre outras.

Relativamente à fusão, o presidente do Conselho de Administração da TDM-mcel reiterou que o processo “é um marco importante para a transformação das duas empresas numa só, que deve ser moderna, actuante e pronta para fazer face aos desafios impostos pelo mercado, apostando na qualidade, tecnologia, modernização, inovação, novos e melhores serviços e expansão da cobertura nacional”.

Durante a cerimónia, que contou com a presença da presidente do Conselho de Administração do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), Ana Coanai, e do presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, David Simango, foram homenageados os trabalhadores com 20 anos de serviço na empresa.

Sociedade

Lançamento oficial da sua página web: Proconsumer apresenta resultados do primeiro Observatório do Mercado para Alimentos Fortificados

A ProConsumers, uma organização vocacionada à protecção e educação do consumidor em Moçambique, vai apresentar, na próxima quinta-feira, 7 de Dezembro, em Maputo, os resultados do Observatório do Mercado, assim como a sua página Web.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

O Observatório do Mercado tem por objectivo verificar a afluência de produtos fortificados no mercado, por forma a tirar ilações sobre os principais tipos de pontos de venda em que são comercializados, o nível da demanda destes, assim como possíveis constrangimentos.

Por sua vez, a página Web é uma plataforma, na qual a ProConsumers vai abordar diversos temas de interesse do consumidor, para a sua vida quotidiana, no seu relacionamento com os produtores e fornecedores de bens, produtos e serviços.

Serão ainda veiculadas na referida página, informações sobre as discussões técnicas e políticas que podem afectar os direitos dos consumidores.

A ProConsumers entende que o consumidor quando melhor informado sobre os seus direitos e os mesmos salvaguardados na sua relação de consumo, ele representa um grande potencial para influenciar significativamente na qualidade e criação de um bom ambiente de negócios das empresas produtoras e fornecedoras de produtos, bens e serviços no País.

Importa realçar que estas actividades são implementadas com o apoio da GAIN e financiadas pela USAID e a Fundação Bill and Melinda Gates, e visam garantir a prossecução do objectivo comum de que alimentos nutritivos e seguros alcancem a população moçambicana, assente numa forte capacitação da defesa dos consumidores nacionais, dotando-a de capacidade para exigir o cumprimento dos direitos dos consumidores às vitaminas e minerais, através do acesso a alimentos seguros e nutritivos, incluindo os alimentos fortificados, adequadamente processados e rotulados.

Fale em segurança com o @Verdade

WhatsApp:
84 399 8634

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Honduras declara recolher obrigatório contra protestos da oposição

O Governo das Honduras anunciou a suspensão de “certas garantias constitucionais” e enviou os militares para as ruas com o objectivo de travarem as manifestações da oposição. Os protestos contra a contagem dos votos das eleições presidenciais estão a tornar-se mais violentos a cada dia que passa, e as autoridades anunciaram a entrada em vigor de um recolher obrigatório.

Texto: Público de Portugal • Foto: Reuters/Edgard Garrido

As manifestações começaram pouco depois do fecho das urnas, no domingo passado, quando a contagem feita pela comissão de eleições começou a dar os primeiros problemas: desde segunda-feira essa contagem já foi suspensa duas vezes devido a supostos problemas técnicos.

A questão é que o candidato favorito da oposição, Salvador Nasralla – que concorreu com uma mensagem anti-corrupção, apoiado por partidos da esquerda à direita –, estava na liderança da contagem na segunda-feira com mais cinco pontos percentuais do que o seu adversário, o actual Presidente, Juan Orlando Hernández; mas, depois de a contagem ter sido retomada, as posições estavam invertidas e Hernández passou a liderar por uma pequena margem, ficando perto de renovar o mandato



com o apoio do Partido Nacional das Honduras (conservadores e nacionalistas).

Apesar das manifestações nas ruas e das acusações de fraude lançadas por Nasralla e pelos seus apoiantes, a comissão de eleições manteve o anúncio dos resultados finais para a noite de sexta-feira (hora local, madrugada de sábado em Portugal continental) – um anúncio que não chegou a acontecer porque os apoiantes de Salvador Nas-

ralla boicotaram a recontagem de 1000 caixas de votos, dizendo que estão em causa 5000 caixas.

Em vez do anúncio dos resultados finais, os hondurenhos ouviram o ministro da presidência do Conselho de Ministros, Ebal Diaz, a decretar o recolher obrigatório para os próximos dez dias, entre as 18h e

as 6h, e a suspensão de “certas garantias constitucionais”.

“A suspensão das garantias constitucionais foi aprovada para que as forças armadas e a polícia nacional possam conter a onda de violência que engoliu o país”, disse o ministro numa declaração transmitida pela televisão.

Nesta semana de manifestações e protestos morreu uma pessoa e 20 ficaram feridas.

Argentina encerra tentativa de resgatar com vida 44 tripulantes de submarino desaparecido

A Marinha argentina disse nesta quinta-feira que abandonou a tentativa de resgate dos 44 tripulantes do submarino desaparecido há 15 dias, embora vá manter a busca pelo navio que teria sofrido uma explosão no Atlântico Sul.

Texto: Agências

Apesar de o porta-voz da Marinha, Enrique Balbi, não ter dito expressamente, o anúncio significa que as autoridades consideram como mortos os marinheiros do submarino ARA San Juan.

“Foi ampliado para mais que o dobro o número de dias que determinam as possibilidades de resgate da tripulação. Apesar da magnitude dos esforços realizados, não foi possível localizar o submarino”, disse Balbi em entrevista colectiva.

A Marinha havia dado uma clara indicação na última quinta-feira sobre o final trágico do submarino, ao relatar a detecção no Mar da Argentina de

um som “anómalo” consistente com uma explosão.

O acidente desencadeou uma colossal operação internacional de busca e resgate envolvendo cerca de 4.000 pessoas e 30 aeronaves e navios de Argentina, Estados Unidos, Reino Unido, Brasil e Chile, entre outros países.

A busca pelos corpos será mantida, mas sem as equipes necessárias para resgatar pessoas com vida. Muitos dos familiares da tripulação, que aguardavam o submarino na cidade turística de Mar del Plata, onde deveria ter chegado há 10 dias, já haviam dado os marinheiros como

mortos. Apenas alguns permaneceram na base naval local na esperança de que eles fossem encontrados vivos.

“Eu não tenho palavras, é um momento horrível. Estão nos dizendo diretamente que não vão procurar mais”, disse Luis Tagliapietra, pai de um dos tripulantes.

“Eles mentiram para nós desde o primeiro dia (...) Eu não acredito em nada”, ele acrescentou, reclamando da Marinha. Depois de zarpar da cidade de Ushuaia, o submarino emitiu seu último sinal em 15 de Novembro a 430 quilómetros da costa da Patagónia argentina.

Ataque suicida mata pelo menos 13 pessoas na Nigéria

O Boko Haram é suspeito de ter realizado um ataque suicida que matou pelo menos 13 pessoas num mercado na cidade nigeriana de Biu, Estado de Borno, no nordeste do país, disseram fontes oficiais, no sábado (02).

Texto: Agências

A explosão aconteceu enquanto voluntários distribuíam comida para pessoas afetadas pelo conflito de oito anos do Boko Haram, disse Aliyu Idrisa, uma líder da comunidade.

Além das 13 vítimas, 53 pessoas foram feridas e dois agressores

foram mortos, disse Victor Isuku, porta-voz da polícia do Estado de Borno.

O ataque deste sábado apresenta características marcantes do Boko Haram, que usa bombardeios suicidas, frequentemente mulheres e garotas, para atacar

espaços públicos com multidões.

Semana passada, um bombardeamento suicida em uma mesquita na cidade de Mubi, também no nordeste do país, matou pelo menos 50 pessoas, um dos ataques com mais mortes em anos recentes.

Estudos de nova vacina e remédio de ação prolongada aumentam esperanças em luta contra o HIV

Pesquisadores anunciaram o lançamento de dois grandes estudos na África na quinta-feira (30) para testar uma nova vacina anti-HIV e um remédio injetável de acção prolongada, alimentando as esperanças de formas de protecção melhores contra o vírus que causa a Sida.

Texto: Agências

O início do teste de três anos da vacina com 2.600 mulheres do sul africano significa que, pela primeira vez em mais de uma década, existem dois grandes testes clínicos de vacina anti-HIV em andamento ao mesmo tempo.

O novo estudo está testando uma combinação de duas vacinas desenvolvidas pela Johnson & Johnson com os Institutos Nacionais de Saúde dos Estados Unidos (NIH, na sigla em inglês) e a Fundação Bill & Melinda Gates.

A primeira vacina, que também tem apoio dos NIH, começou a ser testada em Novembro passado. Simultaneamente, a unidade ViiV Healthcare da farmacêutica GlaxoSmithKline está iniciando outro estudo com 3.200 mulheres da África subsaariana para avaliar o benefício de dar injeções bimestrais de sua droga experimental cabotegravir.

A iniciativa da ViiV, que deve durar até maio de 2022, também conta com recursos dos NIH e da Fundação Gates. As mulheres são um grande foco da luta contra a doença sexualmente transmitida, já que na África elas representam mais da metade de todas as novas infecções de HIV.

Embora os medicamentos modernos contra HIV tenham feito com que a doença passasse de uma sentença de morte a um mal crónico e tratamentos com remédios preventivos possam ajudar, uma vacina ainda é vista como crucial para reverter a pandemia.

Rússia responde aos EUA com proibição de jornalistas no Parlamento

Os deputados russos vão discutir esta segunda-feira uma proposta que tem como objectivo impedir a entrada de jornalistas de empresas norte-americanas na câmara baixa do Parlamento do país.

Texto: Agências

“O que está em causa é proibir a entrada na Duma a todos os jornalistas em representação de qualquer empresa de media norte-americanas”, disse à agência RIA a responsável pela comissão de regras parlamentares, Olga Savastianova, do partido Rússia Unida, que está em maioria no Parlamento.

Esta proposta é vista como a resposta da Rússia à declaração do grupo de media russa RT como “agente estrangeiro” pelos Estados Unidos – essa classificação foi decidida depois de as agências de serviços secretos norte-americanas terem dito que a RT tentou manipular as eleições para a Casa Branca, em 2016.

Na quarta-feira, a RT publicou uma carta da comissão do Congresso dos Estados Unidos responsável pela acreditação de jornalistas onde se lê que foram retiradas as credenciais aos seus jornalistas depois de a estação ter sido classificada como “agente estrangeiro”.

No passado fim-de-semana, o Presidente Vladimir Putin promulgou uma lei que permite ao Parlamento russo classificar algumas empresas de media estrangeiras como “agentes estrangeiros”.

Se tens alguma denúncia ou queres contactar um jornalista

 **Telegram**
86 450 3076

 **WhatsApp:**
84 399 8634

 **E-Mail** **averdademz@gmail.com**

Repressão birmanesa de rohingyas tem características de genocídio, segundo a ONU

A repressão sistemática e generalizada à qual o Exército birmanês submeteu a minoria muçulmana rohingya tem todas as características de um genocídio, segundo denunciou terça-feira (05) o alto comissionado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad Al Hussein.

Texto: Agências

“Levando em conta a sistemática discriminação; as políticas de segregação e discriminação; e os padrões de violações e abusos (...), dado tudo isto, pode alguém descartar que os elementos do genocídio estão presentes?”, afirmou Zeid num discurso no Conselho de Direitos Humanos da ONU.

“Há indicações credíveis de que esta campanha de violência foi realizada contra as rohingyas precisamente porque eram rohingyas, numa base étnica e religiosa, e possivelmente com base em ambos”, acrescentou.

O alto comissário foi o primeiro orador de uma sessão especial que o Conselho de Direitos Humanos da ONU organizou hoje para analisar a situação da minoria rohingya, uma comunidade muçulmana que vive há séculos no norte da Birmânia mas que não é reconhecida como cidadãos pelas autoridades do país, pelo que a maioria é apátrida.

Em meados de Agosto, o Exército de Salvação Rohingya de Arração (ARSA) atacou postos das forças de segurança birmanesas e estes

atentados suscitaram uma devastadora repressão do Exército e da polícia que forçou a fuga de 626 mil pessoas do estado de Arração para o Bangladesh.

Zeid lembrou que se esta recente repressão foi brutal, é apenas mais um exemplo da discriminação à qual a comunidade foi submetida durante décadas.

“Os rohingyas sofreram uma progressiva intensificação da discriminação durante os últimos 55 anos, e muito mais nos últimos cinco do que nos 50 anteriores”, disse. Zeid anunciou que a incitação ao ódio e à violência contra a comunidade é generalizada, e “não houve nenhuma reação por parte das autoridades para evitar isso”.

O alto comissário lembrou que os membros da comunidade não têm documentos de identidade, não podem votar, não podem criar partidos políticos, não têm acesso à universidade e, muito mais grave, não têm acesso a tratamento médico, pelo que a percentagem de mortalidade materna e infantil é altíssima.

Zeid denunciou, além disso, que como as autoridades birmanesas não permitem à ONU chegar ao estado de Arração, não se sabe qual é a situação atual, mas indicou que o êxodo prossegue, dado que só desde 26 de Novembro foram registados 1.622 novos refugiados rohingyas no Bangladesh.

Um trajecto que se tornou ainda mais perigoso porque o Exército plantou minas antipessoais na fronteira entre a Birmânia e o Bangladesh “possivelmente para evitar que os refugiados voltem à Birmânia”.

Precisamente, Zeid advertiu que não é possível organizar regressos à Birmânia desde o Bangladesh enquanto não mudarem as condições de repressão e discriminação sistemática à qual a comunidade é submetida.

O alto comissário pediu ainda ao Conselho que recomende à Assembleia Geral da ONU estabelecer uma nova comissão de investigação que complemente os esforços da Missão Especial de Investigação estabelecida pelo primeiro organismo.

Mulheres rohingya vendidas como escravas sexuais

Raparigas e mulheres rohingya são vendidas como escravas sexuais no Bangladesh, na cidade de Cox's Bazar, segundo organizações de ajuda humanitária. Uma rapariga de 15 anos contou à estação de televisão Al-Jazira que foi vendida assim que chegou ao Bangladesh de barco, fugindo da violência militar na Birmânia.

Texto: Público de Portugal

A adolescente, cuja identidade não foi revelada, perdeu a mãe, o pai e a irmã num ataque do Exército birmanês contra o povo rohingya, uma minoria muçulmana. Quando chegou ao Bangladesh, em Setembro, duas mulheres aproximaram-se dela na praia e ofereceram-lhe ajuda.

“Disseram-me que se fosse com elas iriam tomar conta de mim e ajudar-me a encontrar um marido”, disse à Al-Jazira. As duas mulheres trancaram-na num quarto durante três semanas e venderam-na a um homem do Bangladesh que, segundo a vítima, a violou durante 12 dias.

O homem ameaçou-a dizendo que a “sufocaria, esfaquearia e mataria”. Perguntou-lhe se queria ser morta da mesma forma que a família tinha sido, na Birmânia. Após os 12 dias em cativeiro, o homem devolveu-a às duas mulheres. A vítima foi deixada no campo de refugiados de Kutupalong, onde agora vive.

As Nações Unidas (ONU) e outras organizações humanitárias dizem que o tráfico e o trabalho sexual nos campos de refugiados se agravaram desde a chegada de mais de 620 mil rohingyas fugidos da última vaga de violência do Exército birmanês.

“Sabemos que já havia recrutas aqui em Cox's Bazar, antes da chegada destes refugiados e sabemos que novas redes criminosas começaram agora a operar”, comentou Olivia Headon, da Organização Internacional para as Migrações, acrescentando que é necessário agir com urgência para manter estas mulheres e raparigas em segurança nos campos de refugiados do Bangladesh.

Ex-Presidente Saleh morto por rebeldes houthis

O ex-Presidente do Iémen, Ali Abdullah Saleh, foi assassinado pelos rebeldes houthis, avançam os órgãos de comunicação controlados pelo grupo.

Texto: Público de Portugal

A informação já foi também confirmada pelos apoiantes de Saleh, diz a estação de televisão saudita Al-Arabiya. Imagens divulgadas nas redes sociais mostram o corpo de alguém muito parecido com o ex-Presidente, que governou o Iémen durante 35 anos, e combatentes armados ao seu lado.

Desde a semana passada que as milícias houthis têm combatido as forças de Saleh em Sanaa. O grupo rebelde explodiu a casa de Saleh na capital do país, mas, segundo dirigentes do seu partido, o ex-Presidente foi morto durante um ataque, com recurso a granadas de morteiro e armas de fogo, fora da capital.

No início do conflito iemenita, Saleh e os seus apoiantes juntaram-se aos houthis para derrubar o Presidente eleito em 2012, Abed Rabbo Mansour Hadi.

Há três anos, os houthis conseguiram tomar Sanaa e desde então o Iémen está envolvido numa guerra civil que já fez mais de dez mil mortos. O conflito entrou numa fase mais complexa com a intervenção directa de uma coligação regional liderada pela Arábia Saudita que tenta evitar a subida ao poder dos houthis, que diz serem apoiados militarmente pelo Irão.

Na semana passada, os desentendimentos entre os rebeldes houthis e Saleh aprofundaram-se e a capital iemenita transformou-se em campo de batalha entre os antigos aliados. No sábado, o ex-Presidente disse estar preparado para apoiar Hadi caso a coligação árabe acabasse com os bombardeamentos aéreos e suspendesse o bloqueio que tem privado a população de acesso a comida e a medicamentos.

Sociedade

Incubadora de Negócios junta mulheres empreendedoras

A Incubadora de Negócios do Standard Bank acolheu, recentemente, pela quarta vez consecutiva em 2017, o Lioness Lean in Breakfast, um evento que tem como objectivo construir uma rede de mulheres empreendedoras com vista à partilha de experiências, estabelecimento de parcerias e coordenação de esforços para que estas contribuam na geração de riqueza e crescimento económico do País.

Texto e Foto: www.fimdesemana.co.mz

O evento, organizado pelo Standard Bank, em parceria com a Shell e a embaixada do Reino dos Países Baixos, foi dividido em duas partes, sendo uma direccionada a mulheres empresárias já estabelecidas no mercado e a segunda a jovens estudantes e aspirantes a empreendedoras.

Para além da partilha de experiências por parte das seis oradoras, nomeadamente Marta Roff (Maputo Relocation Solutions), Patrícia Vasco (Amorambique), Tânia Tomé (EcoKaya), Nádia Machiana (Nadú Care), Mónica Evaristo (Idealize) e Maria João (MNJ Eventos e Serviços), a presente edição do Lioness Lean in Breakfast foi marcada pela realização de uma feira, que serviu para as empreendedoras exporem os seus produtos e serviços.

Conforme explicou Sasha Vieira, responsável pela Incubadora de Negócios do Standard Bank, um dos propósitos do Lioness Lean in Breakfast é “dar visibilidade às mulheres empreendedoras e, por via disso, alargar o seu acesso ao mercado, para além de lhes dar a oportunidade de criar redes de negócios a nível global”. “O que estamos a fazer, como Incubadora de Negócios do Standard Bank, é desempenhar o nosso papel na promoção de um crescimento económico inclusivo através do empoderamento da mulher. Acreditamos que a aposta na mulher tem um impacto positivo nas comunidades onde elas estão inseridas”, acrescentou Sasha Vieira.

Por seu turno, a fundadora da Lionesses of Africa, Melanie Hawken, considerou pertinente a organização deste tipo de eventos, que, na sua opinião, ajudam a inspirar as mulheres através de histórias de superação e de sucesso. “É importante trazer mulheres que já conquistaram o seu espaço no mercado para inspirar as outras”, disse Melanie Hawken, que dirige uma rede composta por cerca de meio milhão de mulheres em 49 países do continente africano, a Lionesses of Africa.



A necessidade de ajudar as mulheres a serem ousadas no mundo dos negócios é partilhada por Tânia Tomé, fundadora da EcoKaya, para quem todo o aspirante a empreendedor deve ter em mente que onde há uma oportunidade há sempre um obstáculo. Por isso, “é necessário que as mulheres de referência partilhem as suas histórias e, sobretudo, os desafios, as etapas e as fórmulas que usaram para ultrapassar as barreiras. Tudo se consegue com a interacção. Acredito que cada um de nós tem um potencial dentro de si que só pode desabrochar seguindo certos princípios e regras”, asseverou Tânia Tomé.



Candidaturas para Bolsas de Estudo

Programa “Borlaug Higher Education for Agricultural Research and Development” (BHEARD)

Ao abrigo da Iniciativa “Feed the Future”, a United States Agency for International Development (USAID) financia o Programa “Borlaug Higher Education for Agricultural Research and Development” (BHEARD). Este programa é implementado pela Michigan State University (MSU) e homenageia o legado do laureado com o Prémio Nobel para a Paz, Prof. Dr. Norman Borlaug. O programa apoia a formação, a nível de Mestrado, de investigadores e conhecedores de políticas em Agricultura e Segurança Alimentar. Com esta contribuição pretende-se aumentar o número de cientistas agrícolas e possuidores de know how em políticas apropriadas assim como reforçar a capacidade das instituições científicas nos países em desenvolvimento.

As bolsas de estudo serão atribuídas para estudos na África do Sul, no Quênia, no Gana ou no Brasil a partir do ano de 2017. Os programas de formação terão a duração de dois anos. A parte curricular dos cursos a frequentar terá lugar nas universidades ou instituições de Ensino Superior dos países designados e o projecto de investigação integrado no curso de Mestrado será implementado em Moçambique.

Residentes em Moçambique que preenchem os critérios anunciados podem concorrer às bolsas do BHEARD. Entretanto, prioridade será atribuída aos trabalhadores das seguintes instituições e organizações:

- Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar e Ministério da Saúde (sectores ligados a questões de nutrição e políticas para o sector de agricultura, segurança alimentar e nutrição.)
- Instituições públicas e privadas de ensino superior e de investigação, inovação e tecnologia aplicadas à Agricultura. Será dada prioridade a instituições que estejam na zona do programa “Feed the Future” nas províncias de Manica, Nampula, Sofala, Tete e Zambézia, mas candidaturas de outras províncias do País são também aceites, desde que reuam os requisitos exigidos, incluindo as áreas prioritárias de estudo.
- ONGs e organizações do Sector Privado que promovam a nutrição e forneçam assistência técnica a produtores agrícolas assim como trabalhem em multiplicação de sementes nas províncias de Manica, Nampula, Sofala, Tete e Zambézia são particularmente encorajadas a participar.

As áreas de estudo abrangidas por este programa são as seguintes:

- Ciência Alimentar e nutrição e ligações com a agricultura (incluindo segurança de alimentos e tecnologia alimentar).
- Agronomia / Ciências Agrárias / Fisiologia Vegetal.
- Economia Agrária e Agro-negócios (incluindo estatísticas agrárias, análise de dados e planificação de políticas); Economia ou ciências relacionadas (Empreendedorismo, Desenvolvimento de Mercados);
- Agricultura Sustentável; Gestão de Recursos (incluindo solos, água, irrigação); Transferência de Tecnologia; Extensão e Serviços de Aconselhamento Agrários.
- Cadeia de valor de sementes e sistemas de sementes (As cadeias de valor prioritárias a serem estudadas incluem culturas oleaginosas e leguminosas. A batata-doce de polpa alaranjada, a mandioca e o milho são culturas básicas a considerar).

As Comissão de Selecção de Bolseiros analisará as candidaturas e seleccionará os candidatos de acordo com os seguintes critérios:

1. Papel actual e futuro das instituições em que os candidatos estão integrados.
2. Ter nacionalidade Moçambicana e residir em Moçambique nas províncias da Zambézia, ou de Nampula, ou de Manica, ou de Tete, ou de Sofala.
3. Bom desempenho académico ao nível da “Licenciatura”, contexto académico adequado e experiência profissional relevante.
4. Boas qualificações em Inglês escrito e falado (comprovadas por teste TOEFL ou IELTS) ou em Português conforme se pretenda estudar num país falante de Inglês ou de Português.
5. Evidência de envolvimento numa carreira de desenvolvimento em Moçambique da investigação em Agricultura.
6. Ter até 32 anos de idade para candidatos do sexo masculino ou 35 anos de idade para candidatos do sexo feminino.

São encorajadas candidaturas de candidatos do sexo feminino.

Formulários de candidatura e outras informações relevantes podem ser encontrados em BHEARDAPPLY@anr.msu.edu ou por contacto com bheard.moz@gmail.com.

Data limite de apresentação de candidaturas: até 20 de Dezembro de 2017.